

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Mariana Pereira Marques

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO AO EGRESSO DAS MEDIDAS  
SOCIOEDUCATIVAS DE SEMILIBERDADE E INTERNAÇÃO EM MINAS GERAIS:  
uma avaliação de resultados do programa

Belo Horizonte  
2024

Mariana Pereira Marques

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO AO EGRESSO DAS MEDIDAS  
SOCIOEDUCATIVAS DE SEMILIBERDADE E INTERNAÇÃO EM MINAS GERAIS:  
uma avaliação de resultados do programa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na modalidade de monografia ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Karina Rabelo Leite Marinho

Belo Horizonte

2024

M657p

Marques, Mariana Pereira.

Programa de acompanhamento ao egresso das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação em Minas Gerais: uma avaliação de resultados do programa / Mariana Pereira Marques. – Belo Horizonte, 2024.

82 f. ; il.

Trabalho de conclusão de Curso (Bacharel em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, 2024.

Orientadora: Karina Rabelo Leite Marinho

Bibliografia: f. 77-80

1. Políticas públicas. 2. Programa Se Liga. 3. Medida socioeducativa - Jovem – Minas Gerais. 4. Ressocialização. 4. I. Marinho, Karina Rabelo Leite. II. Título.

CDU 35:362.8(815.1)

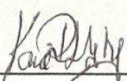
## FOLHA DE APROVAÇÃO

Mariana Pereira Marques

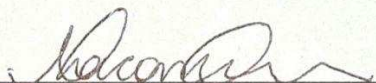
PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO AO EGRESSO DAS MEDIDAS  
SOCIOEDUCATIVAS DE SEMILIBERDADE E INTERNAÇÃO EM MINAS  
GERAIS: uma avaliação de resultados do programa

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação  
em Administração Pública da Escola de  
Governos Professor Paulo Neves de  
Carvalho, da Fundação João Pinheiro,  
como requisito parcial para a obtenção  
do título de bacharel em Administração  
Pública.

**Aprovada na Banca Examinadora**



\_\_\_\_\_  
Prof. Karina Rabelo Leite Marinho (Orientador) – Fundação João Pinheiro



\_\_\_\_\_  
Prof. Marcos Arcanjo de Assis (Avaliador) – Fundação João Pinheiro



\_\_\_\_\_  
Prof. Helena Teixeira Magalhães Soares (Avaliador) – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 27 de novembro de 2024

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer primeiramente à minha mãe, ao meu pai e à minha irmã. Fui abençoada por Deus ao ter as graças de fazer parte dessa família que me incentiva e apoia em todos os caminhos que decido trilhar. Vocês são os principais alicerces da minha vida, tudo é dedicado para vocês.

Agradeço à minha orientadora, Karina Rabelo, que foi de extrema importância para o desenvolvimento desta monografia. Sua disponibilidade e disposição em compartilhar seus conhecimentos foram imprescindíveis. Com o seu suporte e orientação fui capaz de produzir um trabalho na qual me orgulho.

Agradeço aos meus amigos da Fundação João Pinheiro, que fizeram parte dessa caminhada junto a mim e foram essenciais para que eu me mantivesse sã no processo. As nossas conversas, risadas e momentos de desespero são pequenas partes da jornada que estamos traçando juntos. Aos meus amigos da escola, agradeço por mesmo estando longe ainda estarem ao meu lado, sempre sendo fonte de felicidade e suporte.

Por fim, agradeço a todos que fizeram de alguma forma parte da minha trajetória. Professores e funcionários da Fundação, por compartilhar seus conhecimentos e tempo comigo. Aqueles com quem trabalhei nos estágios, por fazerem eu me apaixonar cada vez mais pela Administração Pública e me instigarem a ser uma profissional e pessoa melhor.

Obrigada a todos!

## **EPIGRAFE**

“O futuro é construído com o agora, com as chances que damos aos que querem recomeçar.”

— *Adaptado de Clarice Lispector*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o Programa de Acompanhamento ao Egresso das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação em Minas Gerais - o Programa Se Liga, a partir de uma avaliação de resultados. Este tipo de avaliação busca compreender efeitos e componentes de *output* do Programa, e sua possível relação com seu desenho e seus processos de implementação, ainda que não sejam estabelecidas relações de causalidade. Para isso, o trabalho realiza uma sistematização da política, com o intuito de apontar resultados alcançados, e inferir se esses resultados são previstos pelo desenho e estão relacionados ao impacto desejado. Nesse sentido, foi realizada uma revisão teórica acerca de conceitos relacionados a políticas públicas e a prevenção à criminalidade na segurança pública, o que permitiu conceituar o Se Liga como uma política passível de avaliação. A partir desse referencial teórico construído, foram identificadas dimensões temáticas de análise que possibilitaram entender o modelo dos Programas de Acompanhamento aos Egressos do Sistema Socioeducativo em suas lógicas normativas e empíricas. Como metodologia, além da revisão conceitual, foram realizadas entrevistas com atores chave da política, como forma de acessar resultados percebidos das ações do Programa Se Liga. Por meio da sobreposição dessas duas dimensões foram produzidas sínteses que permitiram responder às hipóteses elaboradas pelo trabalho. Assim, em conclusão, pode-se afirmar que o programa alcança resultados de curto prazo como a garantia de direitos de jovens e adolescentes beneficiários e o fomento de rede de proteção. Além de ser observado a articulação entre o planejamento do programa e os resultados e impactos alcançados. Entretanto, também se evidencia que a individualidade dos resultados de acordo com as demandas de cada acompanhado afeta o processo de avaliação da política e a criação de indicadores de efeitos.

**Palavras-chave:** Programa de acompanhamento de egressos de medidas socioeducativas (MSE), Avaliação de políticas públicas, Resultados.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the Program for the Follow-up of Youth Released from Socio Educational Measures of Semi-Liberty and Detention in Minas Gerais – Programa Se Liga, through an evaluation of results. This type of evaluation seeks to understand the effects and output components of the Program and their potential relationship with its design and implementation processes, although causal relationships are not established. To achieve this, the study systematizes the policy, aiming to highlight the results achieved and infer whether these results are anticipated by the design and are related to the desired impact. For this purpose, a theoretical review was conducted regarding concepts related to public policies and crime prevention in public security, which allowed for the conceptualization of Se Liga as an evaluable policy. Based on this theoretical framework, thematic dimensions of analysis were identified, enabling an understanding of the Follow-up Programs for Youth Released from the Socio Educational System in both their normative and empirical logics. Methodologically, in addition to the conceptual review, interviews were conducted with key policy stakeholders as a way to access perceived outcomes of the Se Liga Program's actions. By overlapping these two dimensions syntheses were produced that allowed for the hypotheses of this paper to be addressed. In conclusion, it can be affirmed that the program achieves short-term results, such as guaranteeing the rights of young and adolescent beneficiaries and promoting a protection network. Moreover, the alignment between the program's planning and the results and impacts achieved was observed. However, it is also evident that the individuality of the results according to the demands of each participant affects the policy evaluation process and the creation of effect indicators.

**Keywords:** Program for the Follow-up of Youth Released from Socio Educational Measures, Public Policies Evaluation, Results.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Ciclo de políticas públicas	<b>20</b>
Figura 2 - Avaliação segundo o objeto avaliado	<b>26</b>
Figura 3 - Linha do tempo do programa Se Liga	<b>34</b>
Figura 4 - Estados com programas de acompanhamento pós-medida	<b>40</b>
Figura 5 - Mapa de processos e resultados	<b>48</b>
Quadro 1 - Elementos da metodologia de pesquisa	<b>16</b>
Quadro 2 - Síntese da avaliação de resultados do programa Se Liga	<b>71</b>
Quadro 3 - Recomendações para o programa Se Liga	<b>75</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CNJ</b>	Conselho Nacional de Justiça
<b>CONANDA</b>	Conselho Nacional da Crianças e do Adolescentes
<b>DPJU</b> a Juventude	Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>MaPR</b>	Mapa de Processos e Resultados
<b>MSE</b>	Medida Socioeducativa
<b>ONG</b>	Organização não Governamental
<b>OSCIP</b>	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PrEsp</b>	Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional
<b>SEJUSP</b>	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
<b>SGD</b>	Sistema de Garantia de Direitos
<b>Sinase</b>	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
<b>SUASE</b>	Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo
<b>SUPEC</b>	Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade
<b>UPC</b>	Unidade de Prevenção à Criminalidade

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>17</b>
3.1	<b>Conceitos de Políticas Públicas</b>	<b>17</b>
3.2	<b>Ciclo das Políticas Públicas</b>	<b>19</b>
3.3	<b>Avaliação de políticas públicas: conceitos, importância e tipologia</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>O PROGRAMA SE LIGA EM SUAS DIMENSÕES NORMATIVAS</b>	<b>30</b>
4.1	<b>A Prevenção na Segurança Pública</b>	<b>30</b>
4.2	<b>Contextualização e criação do programa</b>	<b>33</b>
4.3	<b>Normativas do programa</b>	<b>35</b>
4.3.1	Estatuto da Criança e do Adolescente	35
4.3.2	Regras de Havana	37
4.3.3	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	38
4.4	<b>Outras experiências de acompanhamento de egressos de MSE</b>	<b>39</b>
4.5	<b>Metodologia do programa Se Liga</b>	<b>41</b>
4.5.1	Eixo Pré-egresso	42
4.5.2	Eixo Egresso	44
4.6	<b>Mapa de Processos e Resultados</b>	<b>47</b>
<b>5</b>	<b>O PROGRAMA SE LIGA EM SUAS DIMENSÕES EMPÍRICAS</b>	<b>51</b>
5.1	<b>Contexto geral do programa</b>	<b>51</b>
5.2	<b>Implementação do programa</b>	<b>56</b>
5.3	<b>Efeitos, resultados e impactos do programa</b>	<b>61</b>
<b>6</b>	<b>COMPARAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES NORMATIVA E EMPÍRICA DA POLÍTICA</b>	<b>66</b>
6.1	<b>Considerações finais</b>	<b>70</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>77</b>
	<b>APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas</b>	<b>81</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a analisar o programa de acompanhamento ao egresso das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação em Minas Gerais, programa Se Liga, a partir de uma perspectiva de avaliação de políticas públicas. Tal avaliação é construída a partir da dimensão formal do programa, com seus documentos internos e também de sua dimensão factual, com base nas perspectivas de seus atores. O programa Se Liga é parte integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP) dentro da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC) e, especificamente, é gerenciado pela Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude (DPJU) junto com o Programa Fica Vivo!<sup>1</sup>. O programa tem como objetivo principal o acompanhamento dos jovens egressos das medidas socioeducativas, para que ocorra uma quebra dos vínculos com criminalidade, gerando uma diminuição nos índices de reincidência. Tudo isso é operacionalizado a partir de uma atuação com foco em uma ação pública articulada, com a construção de uma rede de proteção social que visa facilitar o acesso desses jovens ao pleno exercício da cidadania, promovendo a ressignificação de suas ações passadas e o fortalecimento de seus laços familiares e sociais (MINAS GERAIS, 2022).

Tal tipo de abordagem procura reduzir a vulnerabilidade de determinadas populações e prevenir a ocorrência de delitos a partir da atuação nas causas estruturais e contextuais que favorecem a ocorrência de crimes, como a desigualdade social, a falta de oportunidades, a exclusão e a falta de acesso à serviços básicos. Entretanto, a sua atuação é atravessada por vários obstáculos, como por exemplo a definição de pautas na arena de políticas públicas, que na segurança pública tende para uma atuação repressiva, deixando a prevenção com um menor espaço e menos suporte político e financeiro, o que pode comprometer seus resultados.

Nesse sentido, a avaliação de políticas públicas é um instrumento que pode ser utilizado como forma de subsidiar informações que fortaleçam a narrativa construída por um programa, sendo ainda mais útil em áreas complexas da

---

<sup>1</sup> O programa Fica Vivo! se propõe a contribuir para a prevenção e redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens moradores das áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial. Para isso o programa atua nos eixos de proteção social e intervenção estratégica.

administração pública, como a prevenção. Nesse contexto específico, em que a política pública apresenta objetivos mais abstratos e subjetivos, a construção de indicadores tangíveis e eficazes torna-se ainda mais desafiadora. Contudo, essa dificuldade ressalta a importância e a necessidade de um processo avaliativo estruturado. Logo, o presente trabalho se coloca como uma avaliação de resultados de um dos programas do portfólio da política de prevenção à criminalidade, o Programa Se Liga.

Apesar do programa Se Liga ser criado apenas em 2010, existem regulamentos e diretrizes que tornam os programas de acompanhamento de egressos do sistema socioeducativo obrigações legais desde a década de 90. Entretanto, a temática começou realmente a entrar para as arenas de debate político apenas em 2020, a partir da publicação do *Guia para programa de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade* pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tal publicação tomou como base metodologias de programas já implementados em alguns poucos estados do país, inclusive o programa Se Liga de Minas Gerais (CNJ, 2020).

Nesse contexto de expansão da temática, as seguintes questões ganham centralidade: os programas de acompanhamento dos egressos de medidas socioeducativas, em especial o Programa mineiro Se Liga, alcançam quais resultados? Esses resultados são previstos pelo seu desenho? Quais resultados não foram previstos? Os resultados alcançados estão relacionados ao impacto desejado pela política? Nesse momento de difusão do debate e da implementação de programas do tipo, é de extrema importância que sejam realizadas avaliações de resultados dos programas já implementados. Assim, o desenvolvimento deste trabalho possibilita confirmar ou não a hipótese de que programa Se Liga gera como resultados a construção conjunta de alternativas sustentáveis ao envolvimento dos jovens com a criminalidade; o rompimento de estigmas dos jovens egressos do sistema socioeducativo e a consolidação de uma rede de proteção que possibilite a efetiva cidadania dos jovens assistidos. Além de apresentar uma articulação coerente entre os seus resultados e outros elementos constituintes.

Este trabalho se encontra organizado em 6 capítulos. O presente capítulo apresenta uma breve introdução ao tema e objeto de estudo. O segundo capítulo detalha a metodologia de pesquisa utilizada para o desenvolvimento do trabalho. O

terceiro capítulo apresenta uma revisão da literatura de políticas públicas e suas avaliações, de forma a mobilizar as ferramentas utilizadas no desenvolvimento do trabalho. O quarto capítulo traz uma definição mais aprofundada do objeto de estudo a partir de suas dimensões normativas, enquanto o quinto capítulo aborda as dimensões empíricas do programa. Levar em conta a autonomia dessas duas dimensões - analítica e empírica - permite estabelecer parâmetros úteis para a análise de políticas públicas, que possam ir além de descrições de suas formulações teóricas. Por fim, o último capítulo apresenta as considerações finais, fechando a análise e avaliação do programa e respondendo às perguntas iniciais de pesquisa.

## 2 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, a metodologia de pesquisa se pauta em três elementos principais de forma a satisfazer a sua concatenação lógica: uma revisão de literatura com o foco nas políticas públicas e suas ferramentas de avaliação; uma análise do objeto de estudo a partir da investigação da sua dimensão normativa do programa e, por fim, um aprofundamento sobre o objeto, com a análise de sua dimensão empírica.

O presente trabalho parte do princípio de que é necessário estabelecer uma distinção entre os aspectos normativos e empíricos das políticas públicas para a realização de qualquer análise, sobretudo de avaliação, como propõe-se aqui. A ausência dessa distinção compromete a precisão analítica, já que frequentemente existe um descompasso entre o que é formalmente previsto e o que, de fato, se realiza em políticas sem uma estrutura formal de desenho. Tal discrepância se reflete na baixa aderência entre o que a política "afirma realizar" e o que ela "concretamente implementa". A não consideração da autonomia entre os aspectos normativos e empíricos, ainda, dificulta o estabelecimento de parâmetros capazes de orientar a análise. Somente ao reconhecer essa independência é possível identificar de fato o objeto do trabalho.

O primeiro elemento desta metodologia consiste na revisão da literatura, que engloba temas relacionados à prevenção da criminalidade e ao ciclo e à avaliação de políticas públicas. Esta revisão tem por objetivo identificar as variáveis e temas a serem analisados. Através desta análise, explicita-se as dimensões temáticas e conceituais que permeiam a avaliação dos resultados do programa, de forma a fornecer elementos para análise e interpretação. Essa etapa desempenha um papel crucial na contextualização do problema de pesquisa e da política de prevenção ao longo do tempo. Além disso, a revisão da literatura permite compreender as ferramentas e instrumentais utilizados na avaliação, possibilitando a identificação da melhor forma de aplicação dessas técnicas no contexto específico do programa em análise. Em resumo, a revisão da literatura não é apenas uma etapa preliminar da pesquisa, mas sim uma fase que estabelece os fundamentos teóricos para o estudo, identifica lacunas no conhecimento existente, contextualiza o problema de pesquisa e orienta a escolha das melhores práticas metodológicas (MOREIRA, 2004).

A segunda frente da metodologia refere-se à análise das dimensões normativas do objeto de estudo, ou seja, os aspectos formais do programa. Aqui foram analisadas as informações internas do Se Liga, como guias metodológicos, relatórios unificados, documentos de registros, políticas organizacionais, procedimentos operacionais e outros materiais que ofereçam *insights* sobre a organização e estrutura relacionados ao tema em estudo. Dessa forma, esta etapa torna possível a inferência sobre o desenho do programa e seus marcos conceituais, muito importantes para entendimento das suas articulações e relações causais. Para o acesso a esses materiais foram feitos requerimentos à coordenação do programa, além da análise dos documentos de acesso público (GIL, 2002).

Por último, a terceira frente da metodologia consiste em uma análise de informações primárias construídas através de entrevistas com gestores e operadores do programa, de forma a elucidar suas ações e dilemas cotidianos. Ao entrevistar as gestoras - coordenadora do programa, gestoras das Unidades de Prevenção à Criminalidade e supervisora metodológica - e os operadores - analistas sociais e estagiários - do programa, é possível obter uma compreensão abrangente dos processos decisórios e de implementação. Isso inclui desde a concepção e elaboração da política até a sua implementação prática “na ponta”. Dessa forma, as entrevistas não apenas fornecem uma visão plena da operacionalização do programa, mas também permitem explorar as percepções dos profissionais diretamente envolvidos, de modo a acessar a dimensão empírica da política, não disponível em documentos e materiais secundários mas, principalmente nas “cabeças” e experiências percebidas dos atores que nela atuam.

As entrevistas tiveram um formato semi-estruturado, uma abordagem que permite certa flexibilidade para explorar tópicos emergentes, ao mesmo tempo em que mantém um certo grau de padronização para garantir consistência na coleta das informações. Foram realizadas oito entrevistas com diferentes atores da política em níveis de gestão e níveis operacionais, todas com uma duração média de uma hora. Os roteiros das entrevistas (apêndice A) foram elaborados para abordar aspectos-chave identificados na revisão da literatura e em elementos constituintes de uma política pública. Logo, foi possível capturar diferentes perspectivas e experiências relevantes para o objeto de estudo. Além disso, todas as análises desenvolvidas tiveram como fundamento conceitual os elementos da metodologia

do Marco Lógico abordada no referencial teórico e suas ferramentas de encadeamento causal.

A metodologia aqui descrita buscou integrar teoria e prática, combinando uma compreensão possibilitada pelo conhecimento acadêmico com uma análise de procedimentos existentes. Cada um dos elementos metodológicos possui uma finalidade específica que, ao final, são consolidados para o alcance do objetivo de pesquisa, a partir de uma triangulação dos resultados destas três frentes (CAPELLA, 2018). É importante ressaltar, ainda, que as percepções colhidas durante as entrevistas não constituem os resultados finais do programa, mas sim uma valiosa dimensão factual que, em conjunto com as informações obtidas nas outras etapas da metodologia, contribuíram para caracterizar as considerações finais obtidas por este trabalho. Para além, é construído um mapa de processos e resultados referente ao programa Se Liga pela junção de todas as informações adquiridas durante a pesquisa.

Em suma, a metodologia deste trabalho de pesquisa é sintetizada em:

QUADRO 1 - Elementos da metodologia de pesquisa

<b>Elementos</b>	<b>Objetivo na metodologia</b>
Revisão das literaturas de apoio do trabalho	Identificar as variáveis e temas fundamentais a serem analisados
Realização de pesquisa documental e informações secundárias acerca do programa Se Liga	Identificar a dimensão normativa do programa, com busca do entendimento dos marcos lógicos e conceituais
Desenvolvimento de roteiros, realização e análise de entrevistas	Identificar a dimensão empírica do programa e coletar as percepções de diversos atores sobre o programa
Triangulação dos resultados obtidos nas dimensões anteriores	Analisar os elementos observados e caracterizar os resultados do programa
Análise da coerência da articulação entre os resultados e outros elementos	Analisar se as relações causais propostas pelo programa são racionais

Fonte: elaboração própria, 2024.

### 3 AVALIAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo tem como objetivo condensar os conhecimentos teóricos basilares para o desenvolvimento do trabalho de pesquisa aqui proposto, focando-se, primeiramente, na literatura de políticas públicas e avaliações de políticas públicas. O estudo conceitual das políticas públicas e de suas ferramentas de avaliação é importante para identificar os temas fundamentais a serem posteriormente analisados. Através deste capítulo, será possível explicitar temáticas que deverão permear a avaliação dos resultados do programa, fornecendo bases para sua posterior análise e interpretação. Para tal, o capítulo será dividido nas seguintes seções: a primeira define as políticas públicas; a segunda apresenta o ciclo das políticas públicas e detalha a diferenciação entre resultados, efeitos e impactos; a terceira aborda a conceituação e a significância da avaliação de políticas públicas, focando na avaliação de efeitos e resultados, além de abordar as ferramentas de avaliação de políticas públicas.

#### 3.1 Conceitos de Políticas Públicas

As políticas públicas se tornaram uma frente importante da administração pública após, durante o século XX, ocorrerem inúmeras transformações no cenário mundial. As bases jurídico-institucionais por si, normalmente não são capazes de apresentar respostas para as complexas demandas sociais. Logo, o processo de políticas públicas é uma abordagem contemporânea capaz de enfrentar as incertezas causadas pela complexidade do contexto social e econômico. Dessa forma, a administração pública volta os seus objetivos para a busca de políticas que sejam pertinentes e eficazes às demandas e necessidades da sociedade, adaptando-se às novas realidades e desafios que surgem constantemente (SARAVIA, 2006). É possível, assim, apresentar uma resposta ágil e adequada às questões emergentes no mundo atual, como apontado por Aguilar Villanueva:

Ao aproximar a administração pública do processo decisório das políticas e da sua complexa colocação em prática, seria possível resgatar seu esquecido sentido clássico de governo, de bom governo, e poder-se-ia reconstruir a visão integral de seu objeto de estudo. (VILLANUEVA, 1992, p.8, *apud* SARAVIA, 2006, p.27)

Leonardo Secchi aponta que uma política pública é: "...uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público e possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público" (SECCHI,

2014, p.1). Desenvolvendo mais a temática, Secchi define as políticas públicas como um conjunto de ações e decisões do governo que visam solucionar problemas ou atender a necessidades coletivas. Essas políticas envolvem a identificação de questões a serem tratadas, a definição de objetivos, a formulação de estratégias e a implementação de ações que possam gerar impacto na sociedade. Para o autor, as políticas públicas são processos contínuos que envolvem a participação de diferentes atores e setores da sociedade, e não apenas o governo. Elas são desenvolvidas com base em análises de dados e evidências, considerando os recursos disponíveis e as prioridades estabelecidas e possuem como objetivo principal promover o bem-estar social e o desenvolvimento, respondendo de forma efetiva e eficiente aos desafios e as demandas da população. (SECCHI, 2014).

Maria das Graças Rua (1997), por outro lado, apresenta uma perspectiva das políticas públicas mais relacionada à complexidade da sociedade e seus conflitos. De acordo com Rua, o amplo leque de atributos que podem diferenciar os membros da sociedade, como seus papéis, seus valores e suas características físicas, faz com que se tornem mais comuns os conflitos. Entretanto, para que possamos evoluir como comunidade é preciso que os conflitos sejam administráveis e, para isso, existem dois caminhos: a coerção ou a política. Se a coerção não é um meio desejável, resta à política, através de seu conjunto de procedimentos formais e informais que representam as relações de poder, buscar a resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos. De forma mais específica, as políticas públicas são as saídas (*outputs*) frutos das ações políticas, o que engloba o conjunto de decisões e ações relacionadas à alocação obrigatória de valores. As políticas públicas vão além de uma simples decisão política, exigem várias ações estrategicamente determinadas, adaptação aos contextos políticos e sociais e equilíbrio entre resultados esperados e recursos disponíveis. (RUA, 1997).

Como apontado por Celina Souza (2002) em seu trabalho de “estado da arte” da área de políticas públicas, são diversas as perspectivas e conceituações sobre a temática. Existem autores que destacam as capacidades da política pública em solucionar problemas, enquanto outros criticam essa visão racional por deixar de lado um aspecto decisivo: a disputa de ideias e interesses. Um meio termo da conceituação de políticas públicas não descarta nenhuma dessas visões, ao contrário, as agrega:

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. (SOUZA, 2002, p.5)

Para Saravia, a política pública é um fluxo de decisões que se orientam pela busca de diversos fins, como a "...consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas." (SARAVIA, 2006, p.29), entre outros. A concretização de tais processos e ações depende da sociedade em que se é desenvolvida, sua maturidade e relações sociais entre os grupos interessados. Contudo, algumas conceituações são mais coincidentes entre os autores, como as características presentes nas políticas públicas:

[...] um conjunto de medidas concretas; decisões ou formas de alocação de recursos; ela esteja inserida em um 'quadro geral de ação'; tenha um público-alvo (ou vários públicos); apresente definição obrigatória de metas ou objetivos a serem atingidos, definidos em função de normas e de valores. (THOENIG, 1985, p.7, *apud* SARAVIA, 2006, p.32).

O programa Se Liga, objeto de estudo do trabalho aqui desenvolvido, se coloca como uma política pública no âmbito da prevenção à criminalidade do estado de Minas Gerais. Ele surge como resposta ao problema público da falta de acompanhamento aos egressos de medidas socioeducativas (MSE), algo previsto na lei como uma obrigatoriedade com responsabilidade do estado. Como um programa, o Se Liga apresenta um conjunto específico de ações e atividades criados para alcançar seus objetivos, logo representa a concretização prática das diretrizes de uma das frentes da política pública de prevenção à criminalidade.

### **3.2 Ciclo das Políticas Públicas**

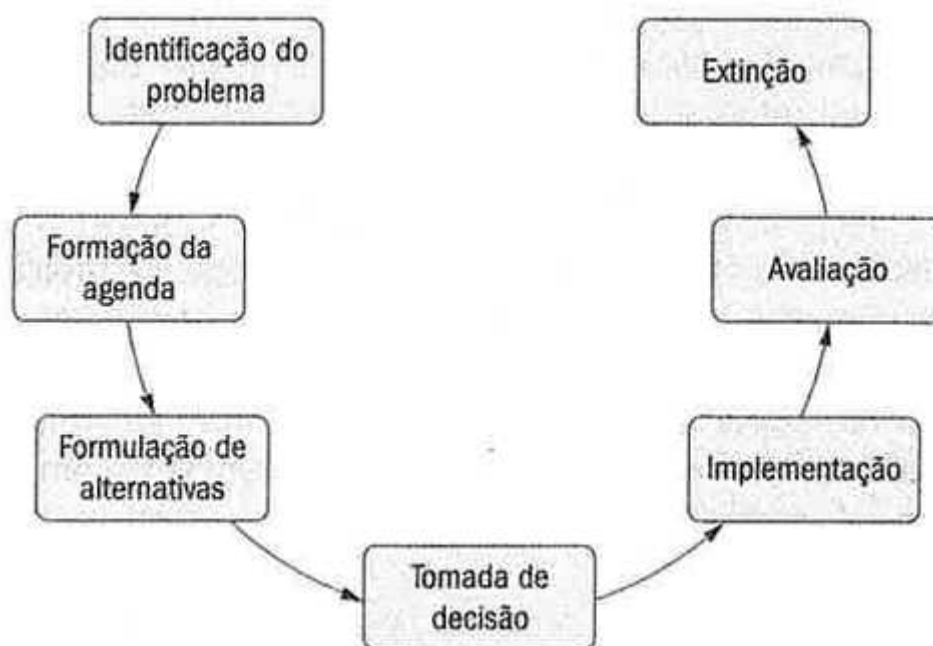
O ciclo de políticas públicas diz respeito à análise da sua dimensão temporal. De forma didática, a construção do ciclo foi criada em uma tentativa de organizar o processo de uma política pública, para que sejam desenvolvidas de forma efetiva e alcancem os resultados buscados. Sua utilidade se faz necessária visto a complexidade das condições políticas e sociais, auxiliando os gestores, administradores e políticos a organizar suas ideias e se estabelecer em um caminho de formação ao criar um referencial comparativo. Entretanto, além de não haver um consenso definitivo sobre quais são as fases do ciclo, a realidade das dinâmicas das

políticas públicas não são sempre sequências e bem delimitadas como nos desenhos de ciclos. Dessa forma, o modelo de ciclos se torna uma ferramenta de compreensão racional importante, mas que deve ser analisada com ressalvas visto suas limitações. (SARAVIA, 2006) (SECCHI, 2014).

A observação de diferentes desenhos de ciclos de políticas públicas mostra que as etapas de formulação, implementação e avaliação são elementos comuns entre as perspectivas dos autores. Entretanto, segundo Saravia (2006), a complexidade das realidades políticas na América Latina demanda por um maior grau de especificação das etapas do ciclo, uma vez que, cada uma das diferentes fases exigem variados tipos de negociações. Nesse sentido, em seu ciclo de forma mais detalhada, Saravia inicia pelo momento da agenda, seguido pela elaboração, logo depois a formulação, a implementação, a execução, o acompanhamento e a avaliação.

Leonardo Secchi, também detalha mais as etapas do ciclo, mas de maneira distinta à anterior:

FIGURA 1 - Ciclo de políticas públicas



Fonte: SECCHI, 2014, p.33.

A fase de identificação do problema passa pela caracterização de o que é um problema para a política pública, como apontado por Parsons (2007, p.51, tradução nossa), “a noção segundo a qual o mundo estava cheio de enigmas e problemas que poderiam ser resolvidos por meio da aplicação de razão e do conhecimento

humano está na base do desenvolvimento do enfoque de políticas públicas”. Até o século XX, a definição de problema estava muito ligada a um fato mensurável com soluções possíveis, o que vinha de uma perspectiva muito objetiva. Entretanto, com a chegada de autores contrários a essa visão positivista, os problemas começaram a serem vistos mais como construções sociais subjetivas, que podem ou não se tornarem foco de atenção dentro de uma arena política. Nesse sentido, os problemas são tratados como uma oportunidade para os agentes políticos demonstrarem seu trabalho, ou seja, sua definição é essencialmente política. (CAPELLA, 2018)

Os problemas são definidos na política para atingir metas - mobilizar o apoio para um lado em um conflito. Definir um problema é fazer uma declaração sobre o que está em jogo e quem é afetado e, portanto, definir interesses e a constituição de alianças. Não existe uma definição de problema apolítica (STONE, 2002, p.231, tradução nossa, *apud* CAPELLA, 2018, p.18).

A identificação do problema é composta pela: percepção do problema, que ocorre de forma subjetiva; delimitação do problema, que é a caracterização dos elementos do problema, causas, soluções, atores e avaliações; e a avaliação da possibilidade de resolução. (SECCHI, 2014).

A formação da agenda é uma etapa crucial, visto que não são todos os problemas que chegam à agenda pública; somente aqueles que são percebidos como importantes por grupos de interesse, mídia ou a sociedade em geral são considerados. Em uma definição abrangente a agenda é uma “coleção de problemas, entendimentos sobre causas, símbolos, soluções e outros elementos de problemas públicos que chamam a atenção do público e de funcionários públicos” (Birkland, 2005, p.109, tradução nossa). Contudo, existem algumas subdivisões apontadas por Cobb e Elder (1972) e John Kingdom (2003). A agenda sistêmica/política, que são os problemas reconhecidos pela comunidade como problemas de atenção pública; a agenda formal/institucional, aqueles temas que se tornaram foco de atenção de atores políticos; e por último, a agenda decisória, que envolve os problemas que estão na fila para a tomada de decisão, prontos para se desenvolverem em políticas públicas. (CAPELLA, 2018).

Uma vez que um problema é identificado, a fase de formulação envolve o desenvolvimento de soluções ou alternativas para abordá-lo. Essa etapa inclui a pesquisa de dados, a análise de opções e a construção de propostas de políticas e de cursos de ação. Os formuladores de políticas consideram os recursos

disponíveis, as possíveis consequências e a viabilidade das soluções propostas. Essa também é uma etapa muito política, em que cada ator apresenta as propostas baseadas em sua perspectiva de governo, apresentando seus benefícios e apontando os prejuízos das outras alternativas. Como descrito por Maria das Graças Rua (2009, p.45) “Toda ação tem um custo real, ou custo de oportunidade, desde que haja escolha. Só não há custo quando a escolha não existe.”. Logo, depende do jogo político e da força de cada apresentação a potência de cada alternativa de se tornar uma política pública real. (RUA, 2009).

A tomada de decisão é a etapa posterior, onde uma decisão é tomada sobre qual alternativa será adotada, de modo a “representar o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (SECCHI, 2014, p. 40). Esse processo pode envolver a aprovação de legislação, decretos ou outras formas de ação governamental. A decisão pode ser influenciada por vários fatores, incluindo políticas partidárias, pressões de grupos de interesse e opiniões públicas.

A implementação é o estágio em que as políticas são colocadas em prática. Envolve a tradução das decisões políticas em programas, regulamentos e ações concretas. Partes constituintes da implementação é a organização e administração de recursos humanos, financeiros e materiais, além da gestão de diversos interesses dos atores envolvidos. Essa fase pode ser complexa, exigindo coordenação entre diferentes níveis de governo e agências (SARAVIA, 2006). De forma resumida, como colocado por Maria das Graças Rua:

A implementação, portanto, compreende o conjunto dos eventos e atividades que acontecem após a definição das diretrizes de uma política, que incluem tanto o esforço para administrá-la, como seus substantivos impactos sobre pessoas e eventos. (RUA, 2009, p.94).

A etapa de avaliação tem se consolidado com a sua importância não somente para o desenvolvimento das políticas públicas em si, mas também como instrumento democrático que produz *accountability* no governo. Com a transformação da administração pública para um momento com ações baseadas em informações, se tornou imprescindível a avaliação e monitoramento das políticas públicas, com vistas a estudar os efeitos, processos, custos, vantagens e problemas das intervenções públicas. (RUA, 2009). Em uma definição simples, a avaliação de políticas públicas “[...] é o processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como, sobre o sucesso ou a falha de projetos

que foram colocados em prática” (ANDERSON, 1977, p. 711 *apud* SECCHI, 2014, p.49). A avaliação é a fase que este trabalho se relaciona, em especial a uma avaliação de efeitos e resultados do Programa Se Liga. A próxima seção aborda com mais detalhes a temática.

Por fim, Leonardo Secchi apresenta mais uma fase no ciclo de políticas públicas: a extinção. O encerramento da política pode acontecer por três motivos: a resolução do problema que originou a política; as ações desenvolvidas pela política são entendidas como ineficazes; ou diminuição da importância do problema na agenda política, perdendo espaço e apoio financeiro.

Como pontuado, são diversas as versões do ciclo de política pública. Contudo, há uma maior manifestação das fases de formulação, implementação e avaliação. Na prática, essas fases podem não ocorrer de maneira linear ou ordenada, e podem envolver vários atores e influências em diferentes estágios. Ainda assim, o ciclo das políticas públicas tem sua relevância na área por ser um modelo simplificado que ajuda a entender a complexa dinâmica do processo de políticas.

### **3.3 Avaliação de políticas públicas: conceitos, importância e tipologia**

Sendo o objetivo deste trabalho o desenvolvimento de uma avaliação de políticas públicas, se torna necessário a definição desse termo e de seus tipos, para que seja possível entender de forma detalhada o que é construído.

O termo “Avaliação” é amplamente usado em diversos contextos, contudo, no âmbito das políticas públicas ele ganha um significado mais formal, que presa por uma certa estrutura:

[...] é o exame sistemático de quaisquer intervenções planejadas na realidade, baseado em critérios explícitos e mediante procedimentos reconhecidos de coleta e análise de informação sobre seu conteúdo, estrutura, processo, resultados, qualidade e/ou impactos.(RUA, 2009, p.109).

Dessa forma, a avaliação é capaz, a partir de informações baseadas em evidências, de caracterizar o valor de diferentes etapas das políticas públicas e, assim, trabalhar no desenvolvimento de projetos e programas mais eficientes. Pensando que as ações de uma política pública não podem ser um fim em si mesmas, a avaliação serve como uma ferramenta, pois analisa a articulação e coerência com seus objetivos fundamentais de forma a não se perder em uma

gestão centrada apenas nos processos e atividades internas. Compreender o processo avaliativo é crucial, pois as ações de um programa não devem ser realizadas de forma isolada, mas sim como parte de um processo contínuo de análise e melhoria. Nesse sentido, é essencial determinar não apenas a eficácia das intervenções implementadas, mas também sua efetividade em alcançar os objetivos propostos. Avaliar a viabilidade prática da política desenvolvida é essencial para garantir sua sustentabilidade a longo prazo e sua capacidade de adaptação às necessidades políticas e sociais.

Em uma perspectiva mais social, avaliar é analisar se a contribuição de uma determinada ação está satisfazendo um nível aceitável de quantidade e distribuição de bem-estar. (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986). O que difere a avaliação de políticas públicas de uma pesquisa convencional é o seu caráter aplicado. A utilidade prática das avaliações difere das pesquisas que se concentram somente em responder questões de interesse teórico que não são capazes de auxiliar diretamente na tomada de decisão ou sobre demandas dos gestores de programas ou políticas públicas. (COTTA, 1998). A avaliação pode sim ajudar a responder debates teóricos e mais subjetivos, mas ela vai além:

“A avaliação do programa é um conjunto de métodos, competências e sensibilidades necessárias para determinar se um serviço humano é necessário e tem probabilidade de ser utilizado, se é capaz para realizar a necessidade não satisfeita identificada, se o serviço é oferecido conforme planejado; e se o serviço humano realmente ajuda as pessoas necessitadas a um custo razoável, sem efeitos colaterais indesejáveis”. (POSAVAC e CAREY, 1992 apud COTTA, 1998, p. 105, tradução nossa).

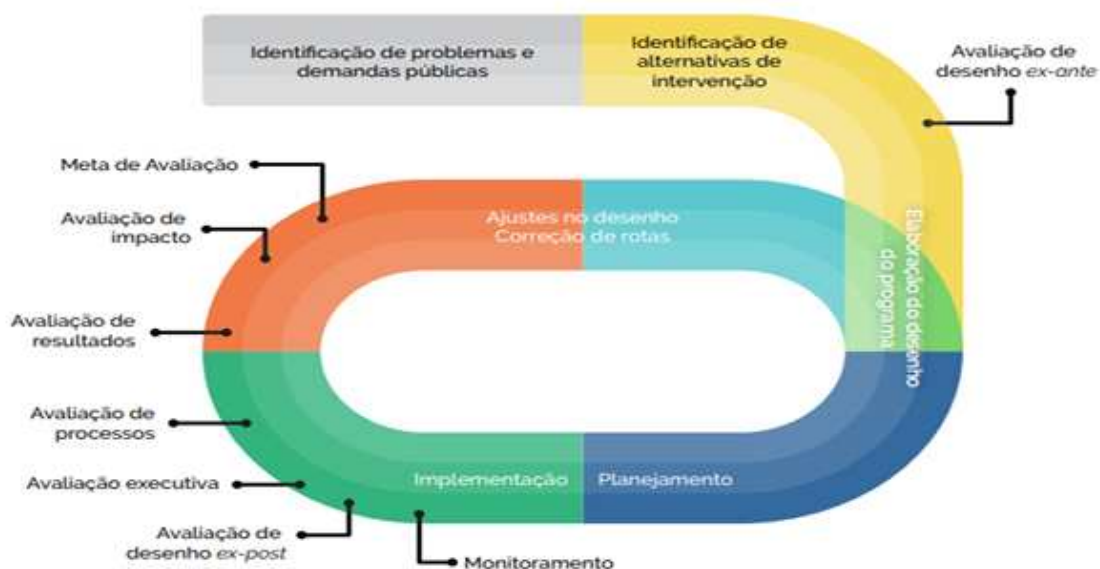
Em termos da administração pública atual, focada em resultados, se torna ainda mais importante a avaliação de políticas públicas pelo seu monitoramento dos valores públicos gerados. Para além, as avaliações podem ser justificadas como forma de economia de recurso público, pois ao fornecer informações objetivas e baseadas em evidências se torna mais comum a aposta em políticas públicas que tragam os resultados demandados. Como uma ferramenta de *accountability* e prestação de contas, garantindo a transparência e responsabilização, através do aprendizado e aprimoramento, a avaliação se faz necessária para a administração pública no seu contexto de recursos escassos. Avaliar se existe uma conexão lógica pertinente na política pública fornece informações que auxiliam na tomada de decisões em relação ao orçamento e investimento público, desse modo “A avaliação de projetos sociais tem um papel central neste processo de racionalização e é um

elemento básico de planejamento. Não é possível que estes sejam eficazes se não forem avaliados os resultados de sua aplicação" (COHEN e FRANCO, 1993 apud CAVALCANTI, 2006, p. 1).

São diversos os tipos de avaliação de políticas públicas. Elas podem se diferenciar segundo o momento em que são realizadas, por questões metodológicas, por quem as requereu ou em que aspecto de política pública atuam. A subdivisão da área da avaliação por questões metodológicas se refere a quais tipos de ferramentas foram utilizadas no processo avaliativo, podendo ser: métodos qualitativos, com uso de formas mais subjetivas como entrevistas, grupos focais ou análise de discursos; métodos quantitativos, com a análise de dados por *surveys*, construção de modelos estatísticos ou amostra de grupos aleatórios; e por fim, os métodos mistos, que fazem a junção dos meios quantitativos e qualitativos. (SOUZA, 2002). Em relação ao momento em que acontecem, as avaliações podem ser divididas em ex-ante ou ex-post. A avaliação ex-ante é realizada antes da implementação de uma política ou programa, seu objetivo principal é prever os possíveis resultados, efeitos e impactos de uma intervenção, ajudando a tomar decisões informadas sobre a viabilidade, eficácia esperada das políticas e necessidades de redesenho. As avaliações ex-ante podem incluir análise de riscos, avaliação de desenho e projeções de impacto. A avaliação ex-post ocorre durante a execução da política ou após a sua conclusão, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão sobre a continuidade, necessidade de reformulação ou extinção. Alguns tipos de avaliação ex-post são a avaliação de processos, a avaliação de resultados e efeitos ou a avaliação de impactos. Em relação a quem requereu e executou a avaliação, pode-se classificar em avaliação interna ou externa. A avaliação interna é aquela que parte da própria organização responsável pela política. Já a externa é aquela realizada por pessoas de fora da instituição analisada. (COTTA, 1998).

A separação por tipologia, que será mais importante para esse trabalho, é a que se baseia em diferentes aspectos da política pública, em que compreende: avaliação de desenho, avaliação executiva, avaliação de processos, avaliação de resultados e avaliação de impacto.

FIGURA 2 - Avaliação segundo o objeto avaliado



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2021.

A avaliação de desenho compreende a análise da teoria da política pública, verificando sua consistência e coerência a partir do estudo crítico do seu marco conceitual. As impressões construídas durante esse tipo de avaliação podem demonstrar a necessidade de reformulação do desenho, de suas bases teóricas e construções de causalidade. A avaliação de processos, também conhecida como avaliação de implementação, por outro lado, se apoia no momento da implementação, o momento em que as ideias e decisões tomadas no desenho da política são transformadas em ações. Tal avaliação permite observar as realidades postas pelo contexto de desenvolvimento da ação, analisando se os processos estão sendo construídos como pensados ou se existem fatos da realidade que trazem dificuldades para a política. A avaliação executiva é aquela que estabelece um panorama geral sobre uma política pública. Sua principal característica é a tempestividade, que pode ser usada de forma a ampliar as informações disponíveis pelos atores organizacionais sobre seus programas. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021)

Ao final do ciclo de políticas públicas são atuantes dois tipos de avaliações distintas, mas que se confundem com facilidade: a avaliação de resultados e a avaliação de impactos. Visto que o presente trabalho se identifica como uma avaliação de resultados, é necessário detalhar as diferenças entre os conceitos de “resultados” X “impactos” e suas respectivas avaliações. Os resultados referem-se às saídas ou efeitos diretos de uma política pública ou programa, eles são as

consequências imediatas e tangíveis das ações implementadas, geralmente mensuráveis a curto prazo. Os resultados são todos os *outputs*, saídas diretas, gerados pelas ações da política pública, mesmo quando as relações de causalidade não podem ser demonstradas. Já os impactos se relacionam com o alcance dos objetivos da política pública, com demonstração de causalidade. Na língua inglesa se utiliza o termo *outcome*, o que se refere aos efeitos mais amplos e de longo prazo de uma política pública sobre a sociedade ou o ambiente. Existe uma relação de causalidade importante entre resultados e impactos, como apontado por Maria das Graças Rua (2009, p.115), “em geral, as políticas públicas são implementadas mediante alguns processos destinados a gerar produtos com a finalidade de produzir efeitos, ou seja, transformar a realidade”. Contudo, uma política pública pode gerar resultados não antecipados que podem ou não se relacionar com os impactos esperados. (RUA, 2009).

A avaliação de resultados está relacionada à comparação entre as previsões de resultados e os resultados alcançados. Nesse sentido, a avaliação de resultados diz respeito a tudo aquilo que foi produzido pelo programa, intencionalmente ou não, positivo ou não, relacionado com seus objetivos iniciais ou não, sem que necessariamente exista a demonstração de uma relação de causalidade. Já a avaliação de impacto trata de um tipo mais complexo e ambicioso, que tenta observar o alcance dos objetivos macro daquela política, com a análise de fenômenos sociais que a motivaram. Avaliações de impacto possuem uma viabilidade muito restrita, visto a dificuldade de se comprovar reações causais, devido a problemas de ética de experimentos sociais com populações e também em função das limitações na disponibilidade de dados e informações. (CAVALCANTI, 2006).

A pesquisa aqui desenvolvida se fundamenta na metodologia do Marco Lógico, que se baseia na concepção de que toda política pública é formada por um conjunto de ideias, estruturadas ou não, que relacionam o problema central a ações que atuam sobre ele e que podem vir a gerar efeitos transformadores. É entendido como Marco Lógico o uso desse encadeamento causal no desenvolvimento do desenho e da implementação da política pública, a partir do uso de estratégias como a construção de mapas de processos e resultados, e árvores de problemas e soluções. Nesse sentido, se identifica de forma clara e estruturada os problemas, suas causas e consequências, o que é essencial para o planejamento eficaz de

ações e para a definição de estratégias de intervenção adequadas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

A metodologia do Marco Lógico é útil para a formulação das políticas públicas, auxiliando na identificação do problema, na definição de objetivos claros, na seleção de estratégias adequadas e na previsão de resultados e impactos esperados. Além disso, ela ainda conta com diversas utilidades no âmbito da administração pública. Na área da avaliação o Marco Lógico pode ser empregado como estratégia para avaliar projetos, programas e políticas públicas em andamento, como apontado por Trevisan e Van Bellen:

Conforme Carvalho, a metodologia do marco lógico se destaca pela clareza na distinção dos conceitos de avaliação e das atividades necessárias para seu desenvolvimento, bem como na proposição de dimensões para avaliação, “possibilitando resultados analíticos baseados em uma interpretação integrada do comportamento dos agentes, das atribuições das instâncias de implementação e da interação com as populações potencial e beneficiária. (CARVALHO, 2003, p.193 apud TREVISAN e VAN BELLEN, 2008, p.546).

Tal metodologia é composta por duas etapas principais, sendo a primeira a identificação do problema e análise de soluções e a segunda a sistematização do desenho com a construção da matriz do Marco Lógico. Através do desenvolvimento de alguns dos passos descritos, pretende-se analisar o desenho original pensado para o Se Liga e os resultados almejados, além da articulação das fases da política pública aqui avaliada. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021).

Outra ferramenta importante na construção da avaliação de resultados aqui desenvolvida é o Mapa de Processos e Resultados (MaPR). O MaPR é um instrumento utilizado para estabelecer de forma clara e precisa todos os elementos internos de um programa, sua narrativa e seus objetivos e metas a serem alcançados. A partir da estruturação da cadeia causal e da ligação entre meios e fins e articulação entre os elementos da política pública, o MaPR se torna uma metodologia de descrição; mas vai além “ao explicitar a lógica do programa, o que permite esboçar um plano de pesquisas de avaliação”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021). Com a utilização dessa ferramenta é possível desenhar planos de avaliação que observam todo o ciclo da política pública e, principalmente, sua articulação, devido ao desenho causal desse mapa que necessita do correto progresso de todas suas etapas para uma efetividade no alcance de seus resultados e impactos.

Em resumo, os conceitos trazidos à tona neste capítulo fortalecem a importância do estudo das políticas públicas e, principalmente, das avaliações de políticas públicas. Dessa forma, embasado nestas informações e metodologias, é possível realizar uma análise metodológica e resolver o problema de pesquisa associado ao Programa Se Liga. Para tanto, ainda é necessária uma revisão da literatura e normativa sobre o objeto de estudo do trabalho: o programa Se Liga. O capítulo a seguir aborda a dimensão normativa, que se refere a informações internas em relação ao regulamento do programa, e o contexto dos programas de acompanhamento de egressos do sistema socioeducativo.

## **4 O PROGRAMA SE LIGA EM SUAS DIMENSÕES NORMATIVAS**

Este capítulo tem como finalidade apresentar o objeto de estudo da avaliação de resultados aqui desenvolvida: o programa de acompanhamento ao egresso das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação de Minas Gerais - o programa Se Liga. Para tanto, é realizada uma revisão da literatura sobre prevenção na segurança e outros tipos de programas de acompanhamento de egressos, além de uma análise da metodologia e de normativas do Se Liga para investigação sobre o contexto da política pública. Por fim, como forma de consolidação do desenho do programa é apresentado o MaPR desenvolvido pelo trabalho.

### **4.1 A Prevenção na Segurança Pública**

O programa Se Liga é parte integrante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais dentro da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade e, especificamente, é gerenciado pela Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude junto com o Programa Fica Vivo!. Nesse sentido, visto sua colocação como política pública de prevenção à criminalidade é importante a consolidação deste referencial e de seus marcos conceituais para entendimento da construção e implementação do programa.

Em âmbito estadual, a política de prevenção social à criminalidade é estabelecida pela Lei nº 23.450/2019 com a definição de suas diretrizes, objetivos e princípios. A prevenção visa atuar nas causas estruturais e contextuais que favorecem a ocorrência de crimes, como a desigualdade social, a falta de oportunidades, a exclusão e a falta de acesso a serviços básicos. Ao direcionar esforços para resolver essas questões, é possível reduzir a vulnerabilidade de determinadas populações e prevenir a ocorrência de delitos (MINAS GERAIS, 2023).

Políticas que previnem a criminalidade se opõem ao paradigma que prevalece ainda hoje de controle repressivo-penal na segurança pública. Esse caminho não tem sido capaz de garantir em sua totalidade o direito fundamental de segurança para a sociedade, como definido na Constituição de 1988. Dessa forma, a política de prevenção propõe outras abordagens, para além da repressiva, que tenham resultados mais duradouros e contínuos no longo prazo, através de uma

atuação em pontos de causalidade. Como pontuado pelo Portfólio da Política de Prevenção Social à Criminalidade, seu foco é:

“...de atuação a intervenção direta em fatores sociais relacionados a violências e criminalidades, bem como o acesso a públicos específicos que já vivenciam processos de criminalização. Ou seja, busca-se superar a premissa de que não há governabilidade sobre a dinâmica do fenômeno criminal e que somente intervenções macro estruturantes nas esferas da economia, educação, saúde, trabalho e cultura seriam capazes de intervir, a longo prazo, nos cenários de violências e criminalidades.” (MINAS GERAIS, 2023, p. 10-11).

Para tanto, a prevenção à criminalidade se baseia em diversos marcos conceituais que são base para as construções metodológicas de todos seus programas e políticas públicas. A segurança pública cidadã, por exemplo, é um conceito que estabelece a segurança pública como um direito de cidadania. Ele enfatiza a proteção dos direitos humanos, a promoção da justiça social e a participação ativa da comunidade na prevenção e solução de problemas de segurança. Outro conceito constituinte dos paradigmas preventivos é o de participação social, que envolve a colaboração ativa da comunidade, organizações da sociedade civil, setor privado e governo na formulação, implementação e avaliação de políticas e programas de segurança pública. Esse modelo pode incluir consultas públicas, parcerias comunitárias, conselhos de segurança, entre outros mecanismos de engajamento. Esses conceitos fazem com que a atuação em rede<sup>2</sup> seja um pilar para muitos de seus programas. O desenvolvimento dos programas da política de prevenção à criminalidade de Minas Gerais é realizado a partir de uma cooperação da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade - SUPEC e uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, se baseando na participação social, mesmo que não se efetue na prática (LEEDS, 2013).

Outro conceito significativo para essa temática é o de prevenção situacional à criminalidade. Ele diz respeito a estratégias e medidas específicas destinadas a reduzir as oportunidades para a ocorrência de crimes em ambientes específicos. Diferentemente da abordagem tradicional que se concentra nas características individuais dos perpetradores ou nas causas socioeconômicas dos crimes, a prevenção situacional se concentra nas condições ambientais e nas circunstâncias

---

<sup>2</sup> Redes podem ser conceituadas como um conjunto de nós, que representam indivíduos ou organizações, interligados entre si por meio de linhas, que retratam a dinâmica relacional e a conectividade entre os diferentes nós. (MARTINHO, 2003). As redes são estruturas complexas, pautadas por valores e/ou objetivos comuns, predominantemente descentralizadas. (SOUZA e QUANDT, 2008).

imediatas que facilitam ou inibem a ocorrência de delitos. Nesse sentido, também é muito importante a definição de território/comunidade como o espaço físico onde as pessoas vivem, trabalham e interagem. As intervenções de prevenção são, muitas vezes, direcionadas a comunidades específicas que enfrentam desafios particulares de segurança. Dessa forma é fundamental entender as características e relações sociais proeminentes em cada território para que as ações desenvolvidas tenham mais aderência às demandas locais (GALVÃO e SILVEIRA, 2020).

Fatores de risco também são elementos conceituais importantes, tanto para a prevenção à criminalidade, quanto para a segurança pública como um todo. Eles dizem respeito às características ou circunstâncias que aumentam a probabilidade de uma pessoa cometer ou se tornar vítima de um crime. Isso pode incluir pobreza, desemprego, falta de educação, violência doméstica, entre outros. Ademais, tem-se a definição de fatores de proteção, que dizem respeito a elementos que diminuem a probabilidade de uma pessoa se envolver em atividades criminosas ou ser vítima de crimes. Isso pode incluir acesso à educação de qualidade, apoio familiar, oportunidades de emprego, coesão comunitária, e outras ações que atuem nas causas dos fatores de risco (SAPIENZA e PEDROMÔNICO, 2005).

A prevenção na segurança pública permite uma atuação mais eficiente e eficaz, uma vez que investir em medidas preventivas pode ser mais econômico do que lidar com as consequências dos crimes, com investigação, julgamento e punição. Dessa forma, a prevenção não apenas contribui para a redução da criminalidade, mas também para a otimização dos recursos públicos e a melhoria da eficiência do sistema de justiça (ILANUD, 2002).

Outro aspecto importante da prevenção na segurança pública é o fortalecimento do tecido social e comunitário. Ao envolver a população local em ações preventivas, como programas de educação, cultura, lazer, geração de emprego e renda, é possível promover a coesão social, a solidariedade e a participação cidadã. Isso contribui para a construção de comunidades mais resilientes, capazes de lidar de forma colaborativa com os desafios relacionados à segurança. É importante ressaltar que a prevenção não se limita apenas à atuação das forças policiais, mas deve envolver uma abordagem integrada e multidisciplinar, incorporando iniciativas em áreas como educação, saúde, habitação, emprego, cultura, esporte e turismo, além de todos os programas sociais do governo. Essa visão reconhece que a prevenção ao crime é uma tarefa que envolve a atuação

conjunta de diferentes atores e agências governamentais em todos os níveis, desde o municipal até o federal (ILANUD, 2002).

O programa Se Liga em específico se define como uma política pública de prevenção à criminalidade a partir da definição de seus objetivos específicos. Com um foco em um desenvolvimento em conjunto com os jovens de possibilidades alternativas ao envolvimento com a criminalidade. Nesse sentido, o programa atua como uma prevenção da reincidência em trajetórias infracionais dos egressos de MSE. (MINAS GERAIS, 2022). Políticas de prevenção à criminalidade, no entanto, ainda observam um grande caminho a ser percorrido. É essencial superar desafios como a falta de espaços institucionais dedicados especificamente a essa perspectiva, resistências corporativas, falta de cultura de cooperação e carência de metodologias consolidadas e fontes de dados para o diagnóstico e planejamento de ações em âmbito local. Tudo isso é importante, uma vez que a implementação de estratégias preventivas bem-sucedidas requer uma abordagem integrada, que envolva ações coordenadas e colaborativas entre diferentes atores e setores da sociedade.

A partir da definição da política de prevenção à criminalidade, sua importância, seus desafios e seus marcos conceituais, entende-se quão emaranhado é o desenvolvimento e o debate dessa temática. Tal complexidade ecoa também para os programas de prevenção, como acontece com o Programa de acompanhamento ao egresso das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação em Minas Gerais - Programa Se Liga.

## **4.2 Contextualização e criação do programa**

O Programa Se Liga é marcado por um complexo contexto de criação. Ele foi criado em 2010 a partir da identificação do problema de não cumprimento dos regulamentos do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) Lei nº12.594/2012 (BRASIL, 2012) e das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que diz respeito à proteção integral à criança e ao adolescente - Lei n 8.069/1990 (BRASIL, 1990). Inicialmente o programa foi implementado pela Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo; contudo, em 2019, a Reforma Administrativa do Governo de Minas Gerais realizou uma reestruturação da divisão de competências das políticas de segurança pública do estado, ou seja, uma correção de rota e ajuste no desenho da política de segurança

do estado. Dessa forma, a mudança fez com que o programa Se Liga fosse repassado para a execução da SUPEC. A mudança ocorreu pelo entendimento de que o programa se enquadra mais no âmbito da prevenção à criminalidade, visto seus embasamentos teóricos. Além disso, a SUPEC já mostrava experiência em programas voltados ao acompanhamento de egressos com o programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp)<sup>3</sup> e com o trato do público jovem com o programa Fica Vivo!. Em específico dentro da SUPEC, o programa Se Liga teve seu desenvolvimento atrelado a Diretoria de Proteção da Juventude, que hoje leva o nome de Diretoria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade para a Juventude. No entanto, é crucial apontar que a retomada das ações do programa aconteceram apenas em 2020, na unidade de Belo Horizonte, regional metropolitana e central mineira e posterior inclusão da regional da Zona da Mata em Juiz de Fora. (MINAS GERAIS, 2023).

FIGURA 3 - Linha do tempo do programa Se Liga



Fonte: MINAS GERAIS, p.7, 2022.

Nesse contexto de mudança, foi fortalecido o entendimento basilar de que o programa atua com um público-alvo sujeito de direitos. Dessa forma, o Estado é pressionado a implementar a articulação de rede como um processo metodológico que vá além da responsabilização dos jovens, mas com foco na garantia de seus direitos de forma integral.

o Programa Se Liga compreende que, somente a partir da interseção de uma rede de proteção social mista, construída com o/a adolescente/jovem e que considera tanto elementos de composição de uma rede institucional quanto sociocomunitária, endereçadas por eles, é possível ofertar

<sup>3</sup> O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) existe desde 2003 e tem como objetivo principal propiciar o acesso a direitos e promover condições para a inclusão social das pessoas que passaram pelo sistema prisional. (MINAS GERAIS, 2023).

alternativas outras que busquem romper com as trajetórias infracionais. (MINAS GERAIS, p.7, 2022).

Esse foco em uma atuação intersetorial como forma de acompanhamento dos jovens e adolescentes egressos de MSE se baseia no Paradigma da Proteção Integral do ECA. Assim, é desenvolvido um programa em que o estado concebe ações e práticas de fortalecimento do entendimento dos jovens como sujeitos de direitos, garantindo seu exercício da cidadania e seu acesso aos espaços públicos. Dessa forma, ao consolidar o acesso a direitos, concomitantemente, as ações do programa estimulam a compreensão da responsabilização e dos deveres de cada adolescente acompanhado.

Para além do cumprimento de diretrizes legais apontadas pelo ECA e pelo SINASE, o programa Se Liga é criado com o intuito de buscar o reforço dos vínculos dos jovens com a cidade em uma opção oposta ao vínculo com a criminalidade. É desta ideia que surge inclusive o nome do programa “Se Liga”, em uma tentativa de chamar o jovem para apropriar-se de novos caminhos e perspectivas. Em função dos contextos de vulnerabilidades dos quais grande parte do público-alvo é oriundo, apenas quando no sistema socioeducativo, se inicia o efetivo acesso a serviços de saúde e educação, o que se segue de um reconhecimento de direitos. Nesse sentido, a atuação do programa e da rede são imprescindíveis para “articular as vivências e oportunidades proporcionadas durante o cumprimento de medida e no seu reencontro com a cidade, sem perder de vista os fatores de risco e proteção nesta perspectiva de possíveis reencontros”. (MINAS GERAIS, p.11, 2022).

### **4.3 Normativas do programa**

#### **4.3.1 Estatuto da Criança e do Adolescente**

Como já citado, entre as principais normativas legais que determinam a necessidade dos programas de acompanhamento de egressos do MSE está o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em seu artigo 94º, inciso XVIII é pontuado a obrigação das entidades que executam programas de socioeducação em desenvolverem programas que objetivem o apoio e acompanhamento aos egressos. (BRASIL, 1990). Para além da colocação da sua obrigatoriedade, a Doutrina da Proteção Integral definida pelo ECA e seus conceitos são fundamentais para a consolidação dos programas de acompanhamento de egressos de MSE.

Um dos conceitos dessa doutrina, o paradigma da Proteção Integral, foi consagrado pela Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU de 1989 e incorporado na legislação brasileira através da Constituição Federal de 1988 e do ECA em 1990. Com base nesse paradigma, “o ECA assenta a Doutrina da Proteção Integral em três princípios, sendo eles: crianças e adolescentes como sujeitos de direito; a absoluta prioridade e a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” A Proteção Integral reconhece a condição peculiar de desenvolvimento desses indivíduos, exigindo que o Estado, a família e a sociedade assegurem uma ampla gama de direitos, como saúde, educação, dignidade, e a proteção contra qualquer forma de violência ou negligência. (CNJ, p.13, 2020).

No contexto dos egressos do sistema socioeducativo, essa doutrina assume um papel fundamental, pois impõe ao Estado a responsabilidade de criar programas que facilitem a reintegração social desses adolescentes, garantindo seu acesso contínuo aos direitos fundamentais. Dessa forma, deve ser assegurado que esses adolescentes recebam o apoio adequado para a construção de novos vínculos sociais, educacionais e profissionais. Isso implica na formulação de políticas públicas específicas que priorizem a inclusão desses jovens e a destinação de recursos para sua efetiva reintegração, evitando a reincidência e promovendo seu pleno desenvolvimento como cidadãos.

Como outra base conceitual, o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) é um modelo de articulação e integração das instâncias governamentais e da sociedade civil para assegurar a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, conforme estabelecido pelo ECA e regulamentado pela Resolução nº 113/2006 do Conselho Nacional da Crianças e do Adolescentes (CONANDA). Esse sistema é essencial para a implementação da Doutrina da Proteção Integral, funcionando em rede nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. O SGD organiza-se em três eixos estratégicos: defesa dos direitos humanos, promoção dos direitos humanos e controle da efetivação dos direitos humanos. Cada eixo mobiliza diferentes atores sociais, desde órgãos públicos a organizações da sociedade civil, para garantir a proteção integral e o acesso à justiça para crianças e adolescentes. No contexto de um programa de acompanhamento de egressos do sistema socioeducativo, a articulação dos atores do SGD é crucial. Assim, para que esses adolescentes tenham acesso contínuo aos direitos assegurados pelo ECA, é necessário que o

SGD atue de forma integrada, envolvendo conselhos de direitos, secretarias estaduais e municipais, ONGs e outros agentes sociais. (CNJ, 2020).

Por último, o princípio da convivência familiar e comunitária estabelecido pela ECA é fundamental para o debate aqui desenvolvido. Esse conceito reconhece que o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes está intrinsecamente ligado aos vínculos familiares e ao contexto sociocultural em que estão inseridos. Nesse sentido, para que esses vínculos sejam fortalecidos, é necessário garantir o acesso a serviços socioassistenciais que atendam às demandas e interesses dos adolescentes. Em especial no processo de cumprimento de medidas socioeducativas a participação ativa da família e da comunidade é essencial. Logo, durante a construção de um programa de acompanhamento para egressos do sistema socioeducativo, é de extrema importância que a convivência familiar e comunitária seja um dos eixos centrais, juntamente com a proteção integral e o Sistema de Garantia de Direitos. Esses princípios devem nortear o atendimento, garantindo que os adolescentes tenham o suporte necessário para se reintegrar à sociedade de forma saudável e digna. (CNJ, 2020).

#### **4.3.2 Regras de Havana**

As Regras de Havana, oficialmente conhecidas como "Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade", foram adotadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1990 e estabelecem diretrizes para o tratamento de jovens que estão sob custódia do Estado, incluindo aqueles que cumprem medidas socioeducativas de restrição ou privação de liberdade. No contexto do debate sobre os programas de acompanhamento de egressos de medidas socioeducativas, essas normativas oferecem uma base internacional para a garantia dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, especialmente no processo de reintegração social:

##### **N. Retorno à comunidade**

79. Todos(as) os(as) adolescentes devem se beneficiar de disposições destinadas a ajudá-los(as) a retornar à comunidade, à vida familiar, à educação ou ao emprego após sua liberação. Devem ser concebidos procedimentos, incluindo liberação antecipada e cursos especiais para esse fim.

80. As autoridades competentes devem prestar ou assegurar serviços de assistência aos(as) adolescentes em sua reintegração à comunidade e para diminuir os preconceitos contra eles(as). Esses serviços devem garantir, na medida do possível, que o(a) adolescente tenha acesso à moradia adequada, emprego, roupas e meios suficientes para se manter após a liberação, visando facilitar uma reintegração bem-sucedida. Os(as)

representantes das entidades que prestam tais serviços devem ser consultados(as) e devem ter acesso aos(às) adolescentes durante a internação com vista a auxiliá-los(as) em seu retorno à comunidade. (REGRAS DE HAVANA, p.21, 1990)

Se faz necessário apontar que o reconhecimento das Regras de Havana se dá por parte do CNJ que realizou a tradução da normativa em sua série de *Tratados Internacionais de Direitos Humanos* fazendo a difusão de conhecimento. Para além, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ atua com a meta de alterar o ciclo socioeducativo de modo a promover uma política pública pautada na dignidade da pessoa humana. (CNJ, 2024).

#### **4.3.3 Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo desempenha um papel central no debate aqui desenvolvido. O SINASE, estabelecido pela Lei nº 12.594/2012, organiza o atendimento a adolescentes em conflito com a lei, proporcionando diretrizes para a execução das medidas socioeducativas. Em específico sobre a política de atendimento ao adolescente pós-cumprimento de medida socioeducativa, ainda que não completamente detalhada na legislação, os programas de acompanhamento emergem como uma necessidade evidente. Isso se deve ao fato de que as unidades socioeducativas, muitas vezes, reforçam os marcadores sociais de exclusão e vulnerabilidade que já estavam presentes na vida dos adolescentes. Em somativa a experiência anterior ao cumprimento da medida já marcada pela precariedade, com uma ausência de apoio institucional. . (CNJ, 2020).

Durante o período de internação, os jovens são inseridos em um ambiente que, apesar do discurso de ressocialização, é frequentemente caracterizado por dispositivos disciplinares repressivos e punitivos. Logo, ao concluir a medida, esses jovens se encontram em uma situação de extrema vulnerabilidade, precisando enfrentar uma realidade que, muitas vezes, oferece poucas alternativas de inserção social e econômica. Nesse contexto, o acompanhamento pós-cumprimento da medida é essencial, pois representa uma tentativa de restabelecer os direitos desses adolescentes, auxiliando-os na transição para uma vida fora do sistema socioeducativo. (CNJ, 2020).

#### 4.4 Outras experiências de acompanhamento de egressos de MSE

Como apontado, tanto o ECA (1990) quanto as diretrizes do SINASE (2012) colocam a obrigatoriedade de desenvolvimento de programas de acompanhamento de egressos de MSE por parte das políticas socioeducativas. Entretanto, mesmo com a obrigatoriedade, não são todos estados que possuem um programa de tal natureza. Isso acontece, em razão da indefinição de orientações metodológicas claras para a construção e implementação dos programas de acompanhamento, que se tornam responsabilidade de cada estado. Logo, muitos estados postergaram a criação dos programas de acompanhamento, visto dificuldades estruturais de consolidação. Além disso, os poucos valores investidos nas políticas sociais no Brasil, criam ainda mais conflitos de interesse e tensões nas disputas políticas. Logo, durante as arenas decisórias de tomadas de decisão, somente aqueles problemas que são percebidos como importantes por grupos de interesse são considerados como prioridades. Nesse sentido, as mesmas questões que tornam necessário o desenvolvimento de programas de acompanhamento de egressos, também criam empecilhos para sua criação nos estados: o preconceito e a estigmatização sofrida pelos jovens público-alvo destes programas. (COSTA & ALBERTO, 2021).

Para maiores estudos e análises da temática socioeducativa foi construído o Levantamento Nacional de Dados do SINASE - 2023, onde um dos pontos observados foi em relação aos programas de acompanhamento pós-medida. Nesse documento é construído o seguinte entendimento sobre os programas:

Trata-se, portanto, de ações planejadas e estruturadas para o período após o cumprimento da medida socioeducativa, de adesão não obrigatória, com objetivo de auxiliar os/as adolescentes no exercício da cidadania fora das unidades, no processo de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e acesso às políticas públicas. (Brasil, p.51, 2023).

A partir dessa conceituação, e por dados informados pelos estados, o levantamento de 2023 apontou que 20 estados do país, ou seja, 74% possuem um programa de acompanhamento de jovens egressos de MSE. Em caráter de comparação do contexto, no levantamento anterior referente ao ano de 2019, apenas 45% dos estados haviam informado a existência do programa. O crescimento expressivo pode talvez ser explicado pela publicação do *Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade* pelo Conselho Nacional de

Justiça. Tal publicação além de aquecer o debate sobre a necessidade e importância dos programas de acompanhamento, também iniciou o caminho de consolidação de diretrizes metodológicas, facilitando a criação de novos programas pelos estados brasileiros.

FIGURA 4 - Estados com programas de acompanhamento pós-medida



Fonte: Brasil, p.52, 2023.

De maneira divergente aos dados apresentados pelo Levantamento do SINASE, dados coletados pelo CNJ e publicados em seu boletim trimestral de julho de 2023 mostram que apenas 8 estados possuem programas de acompanhamento já em atividade, enquanto os outros 14 estados ainda se encontram em fases de construção e negociação. Essas diferenças em relação aos dados podem ser devido ao modo de coleta das informações. (BRASIL, 2023).

De forma a caracterizar os programas de acompanhamento de egressos de MSE, um estudo qualitativo (COSTA & ALBERTO, 2021) analisou programas de três estados brasileiros: Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul. Segundo as autoras, existem grandes diferenças entre as estruturas metodológicas e as implementações dos programas em cada estado. Alguns programas se baseiam na perspectiva da ressocialização, outros se fundamentam na Justiça Restaurativa e outros em Grupos Operacionais. Outra diferença se relaciona a tipificação da política pública. Enquanto uns desenvolvem programas, outros oferecem serviços, o que já demonstra objetivos distintos. Alguns programas já oferecem acompanhamento para os jovens que tiveram a chamada evolução de medida, ou seja, a MSE passou do meio fechado para o meio aberto; enquanto outros programas têm como

público-alvo apenas os jovens que tiveram a extinção da medida socioeducativa. Essa diversidade de características relacionadas aos programas de acompanhamento demonstra a ausência de diretrizes gerais melhor estruturadas, o que reflete em diferentes objetivos e metodologias que, por sua vez, impossibilita a consolidação da política com o princípio da universalidade e em âmbito nacional. (COSTA & ALBERTO, 2021).

#### **4.5 Metodologia do programa Se Liga**

De modo a estabelecer de forma clara as diretrizes a serem seguidas pelo programa Se Liga, em 2022 foi atualizado o *Guia de orientações para a execução do trabalho do Programa Se Liga*, um documento interno idealizado pela sua coordenação. Para a identificação de uma dimensão normativa e procedimental acerca da metodologia do programa foi analisado tal documento e, assim, esta sessão aborda seus principais pontos.

Em sua definição o programa Se Liga tem como objetivo principal o acompanhamento dos jovens egressos das medidas socioeducativas. Nesse sentido, especificamente, se almeja o desenvolvimento de alternativas junto ao jovem para seu envolvimento com a criminalidade; o rompimento de estigmas sociais e fortalecimento da rede de proteção; a diminuição dos índices de reincidência. Tudo isso é operacionalizado a partir de uma atuação com foco em uma ação pública articulada, com a construção de uma rede de proteção social que visa facilitar o acesso desses jovens ao pleno exercício da cidadania, promovendo a ressignificação de suas ações passadas e o fortalecimento de seus laços familiares e sociais. (MINAS GERAIS, 2022).

O programa também busca oportunizar a proteção e reduzir os fatores de risco dos jovens e adolescentes que passaram por medidas socioeducativas de semiliberdade ou internação no estado de Minas Gerais. Isso é possibilitado através de uma abordagem que considera tanto os aspectos estruturais, como a falta de informações e desconhecimento de políticas públicas; quanto os subjetivos, relacionados às experiências de vida dos jovens. Assim, como os outros programas da SUPEC, o Se Liga tem sua metodologia pautada sobre a análise da dinâmica social das violências e da criminalidade relativa ao público alvo. Esse conceito considera que a partir da observação dos “fatos e fenômenos de natureza social, cultural, econômica e territorial que se relacionam e/ou podem interferir na

incidência de violências e crimes em uma determinada região.” (MINAS GERAIS, p.13, 2022) seria possível o desenvolvimento de ações públicas que atuassem sobre as dinâmicas de violência e criminalidade. Nesse sentido, o Se Liga entende a criminalidade como um fenômeno multifatorial, que exige ações integradas, com a articulação de redes e a participação da sociedade civil para intervir em suas causas.

A metodologia propõe o desenvolvimento de um trabalho multidimensional com os jovens que acompanha, levando em conta suas individualidades e particularidades para a construção de novos vínculos mais produtivos. Logo:

[...] a partir dessa escuta qualificada pautada nos eixos metodológicos de atuação, o Se Liga se propõe a dar lugar de fala ao que se apresenta nas entrelinhas dos espaços de acompanhamento com cada adolescente e jovem, proporcionando processos de elaboração e construção conjunta. (MINAS GERAIS, p.15, 2022).

O Se Liga é um programa de adesão voluntária, voltado para o público da faixa etária entre 12 a 24 anos com alguma trajetória de cumprimento de MSE. Entretanto, seu público-alvo são apenas esses jovens que residem, pretendem residir ou cumpriram a medida nas cidades atendidas pelo programa<sup>4</sup>. O acompanhamento tem duração prevista de 12 meses após a adesão do adolescente ou jovem, tal período é definido em paralelo ao conceito de Incompletude Institucional. Tal percepção, definida como uma diretriz do SINASE, é “caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes” (BRASIL, p.28, 2006). Nesse sentido, o Se Liga deve ser uma ferramenta de conexão dos seus acompanhados com a cidade, outras políticas públicas e seus direitos e deveres; de forma transitória, sem que os jovens se tornem dependentes do programa.

De forma mais detalhada, o programa possui dois eixos de atuação.

#### **4.5.1 Eixo Pré-egresso**

O eixo pré-egresso se define pelas ações relacionadas aos adolescentes e jovens que ainda se encontram em cumprimento de medida socioeducativa. Essa atuação anterior à finalização da MSE é importante na medida de criação do vínculo

---

<sup>4</sup> Hoje, em 2024, com a execução pela SUPEC, o programa Se Liga atende municípios de Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ibirité, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, Sete Lagoas e Vespasiano pela Regional Metropolitana e Central Mineira e outros 143 municípios abrangidos pela regional da Zona da Mata.

com possíveis acompanhados do programa. Em função de seu caráter voluntário, é necessário que o Se Liga já seja apresentado, focalizando em futuras adesões. Para tanto podem ser desenvolvidas diferentes ações: estudo de caso, ações de apresentação do programa, ações externas às unidades socioeducativas, ações internas nas unidades socioeducativas (promovidas pela unidade) e ações com a família.

O estudo de caso é usualmente o primeiro contato do jovem/adolescente com o analista social de referência<sup>5</sup>. A partir de uma escuta qualificada por ambas as partes e uma construção conjunta, será analisada a sua trajetória e suas possibilidades dentro do programa. Outro tipo de atividade do programa são as ações de apresentação, que são destinadas a adolescentes/jovens próximos ao desligamento da medida, podendo ser coletivas ou individuais. O objetivo principal desse tipo de ação é aludir ao período pós-pena e suas possibilidades, com um convite constante à adesão ao programa após o desligamento. A condução coletiva deve integrar dinâmicas participativas realizadas dentro das unidades; já nas individuais, o jovem é direcionado à UPC, para conversar sobre a finalização de sua medida e acolhimento de necessidades mais subjetivas.

As ações externas às unidades socioeducativas são outra possibilidade dentro do eixo pré-egresso. Retomando o conceito basilar já citado de Análise da Dinâmica Social das Violências e da Criminalidade, faz-se necessário ações que atuem na incidência de fatores de risco para a criminalidade. No caso do Se Liga, são essenciais o fomento de ações que levem a retomada do território e acesso à cidade. Dessa forma, o programa propõe que os adolescentes/jovens próximos ao desligamento da medida sejam levados a atividades externas à unidade socioeducativa, como cinemas, exposições e espaços públicos. Logo, busca-se a apropriação do espaço pelos jovens, propiciando o sentimento de pertencimento e o interesse pelas diversas possibilidades. Assim, além de abrir a cidade e o território para esse público, também se inicia o processo de entendimento dos dispositivos da rede de proteção.

As ações internas das unidades socioeducativas são atividades ou eventos promovidos pela própria gestão da unidade socioeducativa que pode contar com a

---

<sup>5</sup> Na divisão do trabalho realizada pelo Se Liga, cada unidade socioeducativa será responsabilidade de um analista social, que será tratado como referência para todos adolescentes e jovens de tal unidade.

presença de uma equipe do programa Se Liga. Um exemplo é a realização de festas juninas, em que a equipe do Se Liga se faz presente na intenção de fortalecer os vínculos com os jovens. Por último, existem as ações com a família que podem ocorrer em conjunto com as ações internas promovidas pela unidade. Com o intuito também de fazer apresentação do programa para os familiares e responsáveis, além de fortalecer as relações familiares do adolescente.

Em toda a atuação do Se Liga no eixo pré-egresso é muito importante a relação estabelecida entre o programa e a instituição socioeducativa. Toda a articulação para essas ações deve ser composta por uma comunicação clara e compartilhamento de informações, para que o desenvolvimento alcance os objetivos e ocorra sem entraves ou percalços.

#### **4.5.2 Eixo Egresso**

Enquanto o eixo pré-egresso tem sua atuação voltada para a adesão de possíveis futuros beneficiários do programa, o eixo egresso atua de forma efetiva nos objetivos e sobre o público-alvo do programa. Para tanto ocorrem atividades de atendimentos aos adolescentes/jovens e de articulação e fortalecimento da rede de proteção para que sejam desenvolvidas temáticas como profissionalização, trabalho e renda, educação, saúde, esporte, cultura, lazer e família. Nesse sentido, as ações que compõem esse eixo são: acolhimento, atendimento individual, visita domiciliar, oficinas, circulação, articulação de rede e atendimento a familiares.

As ações de acolhimento se baseiam em uma metodologia da “utilização do saber/conhecimento dos analistas sociais para compreender e interpretar a demanda do/da adolescente/jovem em sua singularidade” (MINAS GERAIS, p.24, 2022). Essas atividades se referem ao momento de atendimento inicial ou de atendimentos pontuais de urgência. O atendimento inicial, mais usual, é de extrema importância para balizar todo o acompanhamento do jovem, entender quais são suas motivações para a adesão e em que posição o Se Liga pode ser útil. Para tanto, é necessária uma ação conjunta do programa e da unidade socioeducativa, com articulação e troca de informações eficientes para o caso. Nesse sentido, o fluxo de informações definido na metodologia estabelece que a unidade socioeducativa deve informar o desligamento do adolescente/jovem em até 01 dia útil. Recebido o comunicado de desligamento, o programa Se Liga tem até 03 dias úteis para entrar em contato com o jovem com o convite de um atendimento. Como

outra possibilidade, o acolhimento pode se dar por um atendimento pontual de urgência. Esse caso se relaciona com atendimentos não agendados de jovens já acompanhados pelo programa que se apresentam na unidade de prevenção à criminalidade (UPC) com demandas por orientação.

As ações de atendimento individual se definem por atendimentos periódicos do adolescente/jovem com o analista social de referência que acompanha o caso. Trata-se de um espaço de escuta ativa e qualificada seguido de um momento de construção do que será realmente desenvolvido pelo jovem e seus retornos do programa. Logo, são desenvolvidas diversas alternativas e possibilidades, sem que o jovem se torne dependente no programa, mas de modo a fortalecer a sua autonomia. A partir das análises das demandas levantadas nessa ocasião, o analista pode definir quais serão seus encaminhamentos e suas articulações na rede.

Outra possibilidade de ação dentro do eixo egresso é a visita domiciliar, que objetiva o alcance do/a egresso/a. Tal atividade se caracteriza por ser um instrumento pontual usado para convidar o jovem a participar do programa ou fazer a manutenção do seu acompanhamento, em casos onde existe o impedimento do contato via telefone. A visita, quando realizada, pode fortalecer o vínculo do jovem com o programa, além de facilitar o entendimento do contexto no qual o/a egresso/a está inserido/a. Como definido por Amaro (p. 13, 2003), “o fato de acontecer no ambiente doméstico, no cenário do mundo vivido do sujeito, dispõe regras de convivência e relacionamento profissionais mais flexíveis e descontraídas do que as práticas do cenário institucional”. Contudo, pelas suas especificidades existem diretrizes que devem ser seguidas, como a explicação de forma clara do motivo da visita e uma condução do diálogo de forma ética.

A realização de oficinas são outras atividades possibilitadas pela metodologia do programa em sua atuação no eixo egresso, sendo ações pontuais e coletivas. Podem ser desenvolvidas oficinas com carácter orientador sobre temáticas de trabalho, renda e profissionalização, com capacitações de demandas coletivas. Em adição, também podem ser realizadas oficinas sobre o próprio programa, como uma via de mão dupla para o entendimento dos jovens sobre o programa e do programa sobre os jovens. Outra ação do eixo egresso é a circulação, atividade que propõe o exercício da cidadania pela ocupação da cidade pelos adolescentes/jovens acompanhados. “Essa modalidade de atendimento propõe uma nova ordem de

pertencimento aos diferentes espaços e serviços existentes no entorno de cada egresso” (MINAS GERAIS, p.29, 2022). Tal ação pode ser realizada de forma individual, com foco em demandas subjetivas de cada acompanhado; ou de forma coletiva, de acordo com interesses compartilhados.

Outra ação desenvolvida pelo programa no eixo egresso é a articulação em rede institucional e sociocomunitária, que é uma função primordial para a continuidade do Se Liga. Essa é uma atividade que se dá pelo acordo de diversas parcerias que em conjunto podem ajudar no alcance das demandas de cada jovem.

A comunicação e articulação são indispensáveis neste processo, pois costuram a oferta de oportunidades e de acesso a serviços e relações nos territórios; conjugam e integram os/as adolescentes/jovens à uma cadeia de programas, serviços e pessoas ligadas entre si. A ação entrelaçada, permite potencializar o agir, porque retira cada ação do seu isolamento e assegura uma intervenção agregadora e includente. Compreende um trabalho ativo na busca de parcerias para realizar os encaminhamentos necessários a cada acompanhado/acompanhada bem como de fortalecimento e ampliação da rede de proteção deste público. (MINAS GERAIS, p.30, 2022).

Para tanto, a articulação pode ocorrer de uma forma institucional, com o programa se colocando como um ponto na rede, mantendo conexões e sempre fazendo o mapeamento dos diversos atores e suas funções. Outra atuação se dá de maneira mais subjetiva, com uma observação das ações desenvolvidas por outros atores com os jovens que foram encaminhados. Dessa forma, visa entender se os adolescentes/jovens realmente estão inseridos nessa rede como um indivíduo e se serão capazes de manter esses vínculos mesmo com a finalização do acompanhamento por parte do Se Liga.

Como último tipo de ação desenvolvida pelo programa tem-se o atendimento à familiares<sup>6</sup>, com o objetivo de fortalecer os vínculos do jovem com seu entorno. Essa atividade para além de desenvolver construções conjuntas entre o adolescente/jovem acompanhado e seu familiar, busca robustecer o contexto familiar que o jovem se insere. Logo, podem ser feitos encaminhamentos dos familiares para capacitações, criando, assim, a possibilidade de uma estrutura mais benéfica para o adolescente. Entretanto, como o foco do programa é o egresso, para que seu familiar seja acompanhado e atendido, ele deve estar vinculado ao Se Liga.

---

<sup>6</sup> Entende-se como familiares para a metodologia do programa Se Liga as referências afetivas e/ou subjetivas indicadas pelo/a acompanhado/a, independente de vínculos sanguíneos.

#### 4.6 Mapa de Processos e Resultados

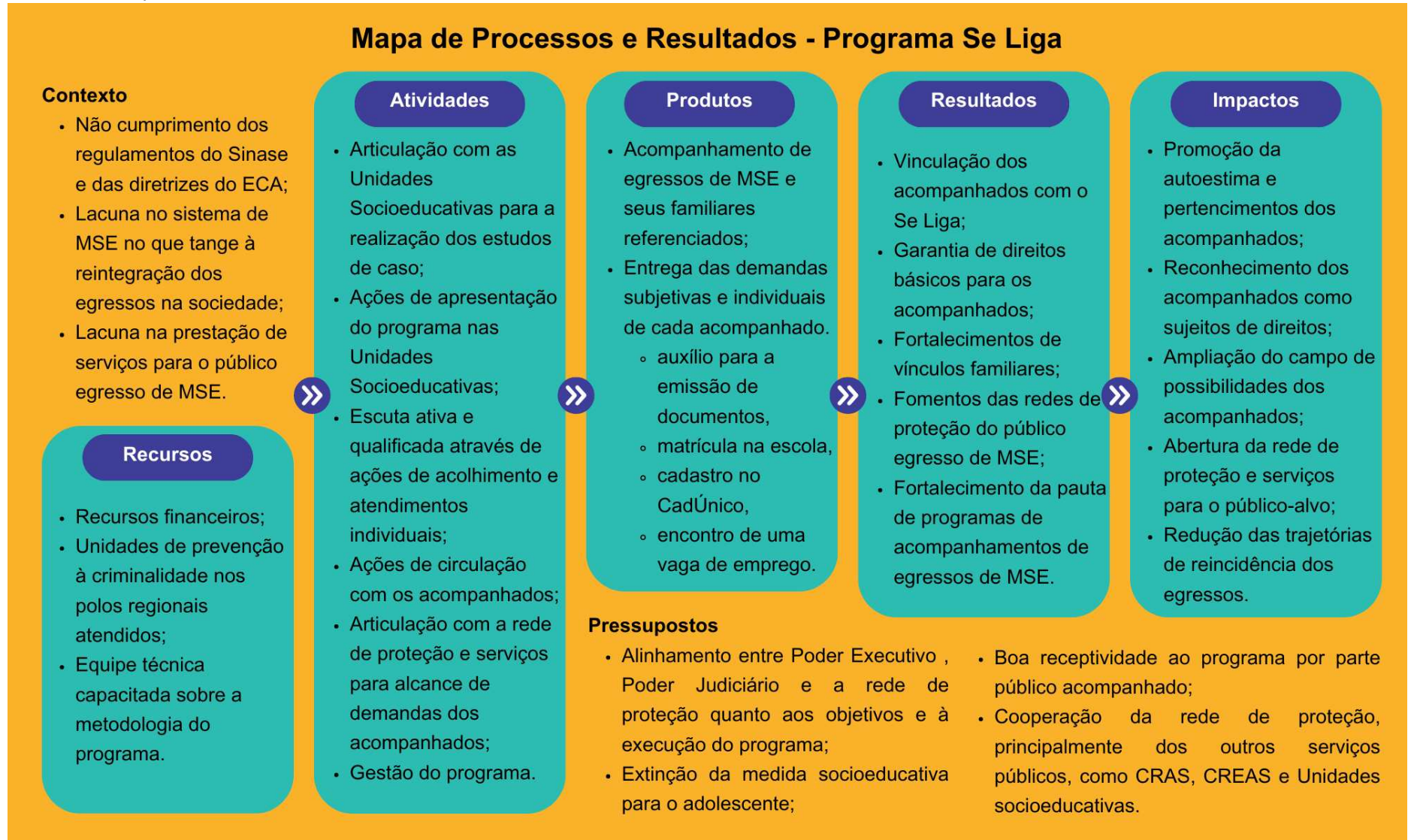
Como forma de sintetizar o desenho do Se Liga, a presente seção apresenta o Mapa de Processos e Resultados do programa. O desenvolvimento de tal ferramenta foi consolidado a partir dos documentos norteadores e metodológicos do programa já apresentados neste capítulo. Contudo, foram feitos aperfeiçoamentos a partir das informações colhidas nas entrevistas com os atores do Se Liga, apresentadas no próximo capítulo. Logo, o MaPR aqui evidenciado é uma junção das dimensões normativas e empíricas a partir dos conceitos e ferramentas apontadas no capítulo referencial.

O MaPR serve como uma ferramenta gráfica que relaciona, de forma sequencial, as diversas etapas do programa, desde a identificação dos recursos e insumos necessários até a produção dos efeitos finais no público-alvo. Além de ajudar a organizar as informações de maneira sistemática, o MaPR é particularmente útil para identificar lacunas e sobreposições entre o que foi planejado na fase normativa e o que é executado na prática, destacando possíveis desvios, ineficiências ou sucessos inesperados. (FJP, 2023).

Para além, a ferramenta do MaPR sintetiza as dimensões operacionalizáveis do programa, destacando seus aspectos mais práticos. Ele organiza informações sobre o contexto do programa, recursos, atividades, produtos, resultados e impactos, mostrando como esses elementos se articulam. No mundo ideal das políticas públicas os recursos permitem a execução de atividades, que geram produtos, produtos que geram resultados, os quais, por sua vez, influenciam os impactos. (FJP, 2023).

No caso do Se Liga, a construção deste MaPR auxilia na visualização do programa como um todo, já que em sua formulação não é usada nenhuma ferramenta de desenho de políticas públicas. Logo, levando em conta tanto o que está definido em sua metodologia quanto o que foi expresso pelas percepções de seus atores é possível analisar como os processos estão contribuindo para os efeitos e resultados do programa.

FIGURA 5 - Mapa de Processos e Resultados



Fonte: Elaboração própria 2024.

O MaPR apresenta o contexto em que o Programa Se Liga se insere e as questões que justificaram a sua criação, como por exemplo o não cumprimento das regulações do Sinase e diretrizes do ECA no que tange ao acompanhamento pós-medida dos adolescentes e jovens infratores. As circunstâncias anteriores à implementação do programa são marcadas pelas omissões das prestações de serviços públicos e garantias de direitos para os egressos de MSE. Além do abandono por parte do Estado dos jovens e adolescentes após o cumprimento das medidas, sem o devido auxílio durante a sua reintegração à sociedade. Para o adequado desenvolvimento do Se Liga, tem-se como pressupostos iniciais o alinhamento no que tange aos objetivos e a execução do programa entre o Poder Judiciário, Executivo e a rede de proteção atuante na temática; para que ocorra uma boa articulação em direção aos mesmos fins. Ainda, é necessário que ocorra a extinção da medida socioeducativa para o adolescente, visto que a progressão impede a realização das ações do programa. A adesão e boa receptividade do programa pelo seu público-alvo também é esperada devido a sua característica voluntária e não obrigatória. Entre os recursos mobilizados estão os recursos financeiros necessários para a execução e as Unidades de Prevenção à Criminalidade existentes nas cidades-polos das regionais atendidas como sede do Se Liga, que possuem um papel importante no atendimento efetivo ao se colocar como um local seguro para os acompanhados. Por fim, a equipe técnica capacitada de acordo com a metodologia do programa é um último recurso necessário para a execução do programa.

Espera-se que a mobilização desses insumos seja capaz de tornar possível a implementação de um conjunto de atividades que incluem articulações com as Unidades Socioeducativas e com a rede de proteção, ações de apresentação do programa para os adolescentes e jovens que ainda estão em cumprimento de medida, a efetiva escuta ativa e qualificada nos momentos de acolhimento e atendimentos individuais dos acompanhados, entre outras. Tais ações se consolidam em produtos como o acompanhamento dos egressos de MSE e seus familiares indicados. Outro produto das atividades do Se Liga é a entrega das demandas específicas de cada acompanhado, podendo ser o auxílio para a emissão de documentos, a matrícula na escola, o cadastro no CadÚnico, o encontro de uma vaga de emprego, entre outros.

Em consequência, os resultados esperados são a vinculação dos acompanhados com o programa, a garantia de direitos básicos para os acompanhados, o fortalecimento de vínculos familiares, fomentos das redes de proteção do público egresso de MSE e o fortalecimento da pauta de programas de acompanhamentos de egressos de MSE. Por fim, se o encadeamento de todos esses elementos se der de maneira satisfatória são esperados como impactos a promoção da autoestima e sensação de pertencimentos dos acompanhados, de modo a auxiliar no seu reconhecimento como sujeitos de direitos; a ampliação do campo de possibilidades dos acompanhados, com caminhos para além do envolvimento com a criminalidade; a abertura da rede de proteção e serviços para o público-alvo, de forma a dar visibilidade aos egressos e, como impacto final, a redução das trajetórias de reincidência dos egressos.

## **5 O PROGRAMA SE LIGA EM SUAS DIMENSÕES EMPÍRICAS**

O presente capítulo pretende analisar o Programa Se Liga de acompanhamento ao egresso das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação de Minas Gerais, a partir de seus efeitos e resultados. Para tanto, foi realizada uma análise das dimensões empíricas do programa a partir das variáveis e temas abordados na revisão da literatura. A coleta de dados e informações se deu a partir de entrevistas semiestruturadas com atores que atuam no contexto do objeto de estudo e são estratégicos para a implementação da política. Logo, ocorreu uma análise de informações primárias que foram construídas através de entrevistas com gestores e operadores do programa. Em adição é importante ressaltar que as percepções colhidas durante essas entrevistas não constituem os resultados finais do programa, mas sim uma dimensão factual que, em conjunto com as informações obtidas nas outras etapas da pesquisa, contribui para caracterizar os resultados do programa Se Liga. As entrevistas com os atores do programa - coordenadora do programa, gestoras da Unidades de Prevenção à Criminalidade, supervisora metodológica e analistas sociais - fornecem uma compreensão abrangente dos processos, desde a concepção e elaboração da política até a sua implementação prática na ponta.

### **5.1 Contexto geral do programa**

O Programa Se Liga pode ser conceituado de diferentes formas, dependendo da perspectiva adotada, seja ela institucional ou subjetiva. Sob o ponto de vista institucional, o programa é caracterizado como um mecanismo de acompanhamento destinado a jovens egressos das medidas socioeducativas (MSE), cuja principal característica é a adesão voluntária, sem imposição obrigatória. Nesse contexto, o Se Liga realiza um trabalho colaborativo, considerando as demandas individuais dos jovens, suas intenções e projetos de vida, proporcionando um suporte ajustado às necessidades e objetivos de cada participante.

Já sob uma perspectiva mais subjetiva, o programa é compreendido como um "facilitador de possibilidades" e um "promotor de direitos" para jovens que, historicamente, têm seus direitos violados, negados ou negligenciados. Essas interpretações reforçam o papel do Se Liga não apenas como um mecanismo de assistência, mas como um agente de transformação social, voltado para a

promoção da cidadania e a garantia de direitos, possibilitando a construção de novas trajetórias de vida para esses jovens.

Eu vejo hoje o Se Liga como um conector do adolescente na rede na qual ele deveria estar inserido, enquanto rede de assistência, rede da saúde, cultura, esporte, arte e lazer. Seria algo nesse sentido assim, a gente é um conector que liga esse jovem, esse adolescente onde ele aponta como demanda, que ele vê que ele precisa estar e onde a gente como técnico percebe a importância dele estar. (Entrevistado 3).

O Se Liga é um programa de acompanhamento que atua como uma ponte entre o egresso e a sua rede de proteção - uma rede individualizada e apontada pelo acompanhado. É um programa que não oferece serviços para seus beneficiários, mas sim uma articulação para que seus direitos sejam garantidos pelos serviços da rede de proteção.

O Se Liga é um programa de acolhimento, escuta, acompanhamento e direcionamento de demandas no momento de reencontro dos adolescentes e jovens com a liberdade. É um programa que atua no lugar da falta das políticas públicas para esse público durante seu desenvolvimento como pessoa. Para o programa, a trajetória infracional não se dá por uma escolha consciente, mas sim por uma eleição forçada e uma falta de oportunidades e entendimento das alternativas. Ainda, o programa é considerado inovador, ao se basear em uma ótica de prevenção à criminalidade ao contrário do *status quo* da segurança pública no país que atua em uma perspectiva punitivista. O Se Liga é um programa que oferece ao seu público a possibilidade de estabelecer formas não desviantes de vida, através do acolhimento e da escuta qualificada. É propiciar aos jovens uma possibilidade de descobrirem quem são com uma variedade de alternativas que são factíveis de serem sustentadas por eles mesmos no longo prazo. Em resumo o programa Se Liga é compreendido como uma iniciativa complexa e multifacetada que abrange temáticas de inclusão social, reintegração, acolhimento, prevenção e redução de reincidência, protagonismo e voluntariedade do jovem.

Em vistas aos objetivos do programa, entende-se que existe um planejamento claro e organizado definido no Guia metodológico, facilitando a execução das ações e permitindo que os objetivos sejam alcançados de maneira consistente. Nesse viés, é explícita a importância do papel da supervisão metodológica apoiando a execução e o aprimoramento das práticas adotadas.

[...] eu que venho de uma outra política pública da assistência social, então vejo como muito interessante você entrar num programa que tem um desenho metodológico e um planejamento pra gente seguir. Inclusive tem

uma Supervisão metodológica para dar um suporte em relação ao a execução do método. Então isso é muito interessante, é muito diferente das outras políticas públicas ter essa metodologia organizada. Então acho que é um grande diferencial e eu acho que é bem claro esse objetivo. (Entrevistado 6)

Contudo, apesar de haver clareza sobre os objetivos, o programa poderia se beneficiar de um marco lógico que definisse de forma ainda mais assertiva suas metas e ações.

Os objetivos observados são abrangentes e multidimensionais, de forma a destacar a complexidade e o alcance transformador do programa. Entre as frentes de objetivos centrais e mais percebidas está a garantia de direitos. Nessa perspectiva, o programa Se Liga busca assegurar direitos fundamentais para o seu público beneficiário, que é especialmente vulnerável e marcado por violências. Isso inclui a promoção de direitos como educação, saúde, esporte, cultura e lazer, entendidos como essenciais para evitar que os jovens se envolvam em situações de criminalidade. Para tanto, no trabalho com esses jovens é necessário entender que muitos deles não tiveram acesso ao que é considerado básico no cotidiano, até mesmo a proteção do seu direito à vida, que é constantemente atravessado por ameaças.

A prevenção da reincidência infracional é outro objetivo fundamental do programa. É destacado que o Se Liga busca reduzir os índices de reincidência entre adolescentes, oferecendo alternativas ao ato infracional e apresentando saídas viáveis que possam ser sustentadas pelos egressos.

[...] para que isso aconteça a gente precisa atuar em várias frentes, para que a gente consiga promover ou pelo menos ofertar possibilidades e alternativas diferente do que as os encontros infracionais e a criminalidade possa ofertar pra esses meninos e meninas depois que eles cumprem a medida socioeducativa. (Entrevistado 5)

O foco é ampliar os horizontes dos jovens e fornecer o suporte necessário para que eles possam acessar e aproveitar essas novas oportunidades.

O acompanhamento integral e individualizado dos adolescentes também é apresentado como um dos principais objetivos do programa, tanto quanto às demandas que eles trazem quanto às necessidades identificadas pelos analistas sociais de referência. Essa abordagem é fundamental para garantir que o atendimento seja adaptado às especificidades de cada jovem, promovendo uma reintegração social mais eficaz, o que pode também influenciar o objetivo anterior de reincidência. O atendimento individualizado e integral se torna uma ferramenta de

suporte ao jovem de seu reencontro com a liberdade e na sua reinserção na comunidade, na família e no território.

De forma complementar, o objetivo de desenvolver um protagonismo e autonomia dos acompanhados é fundamental no planejamento do programa. Logo, se focaliza na construção de um plano de vida sustentável, respeitando as demandas apresentadas, sem imposição de um julgamento externo sobre o que é melhor para o jovem. Para tanto é preciso apresentar alternativas que sejam percebidas como reais e acessíveis pelos egressos, fornecendo suporte não apenas na apresentação de opções, mas também na execução de ações que facilitem o acesso a essas oportunidades. Essa abordagem busca criar condições para que os jovens se engajem de maneira significativa em novos contextos de desenvolvimento pessoal e social.

Outro objetivo importante identificado é a redução dos estigmas que frequentemente acompanham esses jovens. O Se Liga deve atuar para tratar essa questão, promovendo uma rede de proteção que seja parceira, livre de estigmas e que combatam preconceitos. Assim, pretende-se que esses jovens sejam vistos como sujeitos de direitos e oportunidades, e não apenas como ex-infratores.

Em resumo, o programa Se Liga se caracteriza por objetivos amplos e interconectados, centrados na prevenção da reincidência à criminalidade; na construção de uma rede de proteção não estigmatizante e no suporte no reencontro com a liberdade, com a evidenciação de alternativas e garantia de direitos para os jovens. Embora haja um entendimento geral compartilhado sobre os propósitos do programa, nuances e interpretações distintas emergem em função das perspectivas individuais, dos cargos ocupados e das experiências cotidianas de cada profissional.

Por exemplo, o nosso guia prático que trata da metodologia do programa, ele trata as coisas de forma muito superficial, o que é de praxe em documentos dessa natureza. Mas que, de certa forma, não correspondem necessariamente com as necessidades do cotidiano, porque a gente não atua na superficialidade, a gente atua naquilo que é de mais profundo, mais complexo e que exige um pouco mais de esforço para chegar nesses conteúdos e demandas. Então eu acho que por conta dessa superficialidade que o texto traz, eu acho que é possível eleger pontos distintos de prioridade a partir da interpretação e compreensão de cada pessoa considerando o que ela pensa como prioridade. (Entrevistado 2)

Essas variações não são vistas necessariamente como um problema, mas como parte natural de um programa social complexo que precisa atender a demandas e necessidades individuais dos jovens atendidos. Internamente,

supervisão e a gestão metodológica desempenham papéis cruciais na consolidação desse entendimento compartilhado, assegurando que todos trabalhem em direção aos mesmos objetivos gerais, mesmo que as abordagens e prioridades possam variar. Um ponto de atenção se mostra no entendimento dos objetivos do programa pelos atores externos à organização, como por exemplo o judiciário. Principalmente logo após a transição do Se Liga da SUASE para a SUPEC, foi de extrema importância o esclarecimento para os atores da rede que o programa não é uma extensão da medida socioeducativa, mas sim uma adesão voluntária. Esse aspecto revela um desafio de comunicação que pode afetar a percepção externa sobre os objetivos do programa.

O Programa Se Liga foi criado a partir da identificação de uma lacuna significativa no sistema de medidas socioeducativas, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento de jovens após o cumprimento dessas medidas. Trata-se de um dos primeiros programas dedicados especificamente ao apoio e acompanhamento de egressos de medidas de internação e semiliberdade. Após a conclusão dessas medidas, os jovens se deparam com o "reencontro com a liberdade", um processo frequentemente permeado por desafios consideráveis, como a escassez de oportunidades e o persistente estigma social.

Nesse contexto, o Programa Se Liga assume um papel crucial ao preencher essa lacuna, oferecendo o suporte necessário para facilitar a reintegração desses jovens à sociedade. Tal apoio é particularmente importante durante essa fase de transição, caracterizada por vulnerabilidades sociais e econômicas. Além disso, o programa responde a uma necessidade que outros serviços, como o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), muitas vezes não conseguem atender de forma adequada, devido à alta demanda e à complexidade do trabalho exigido nesse campo específico.

Em uma perspectiva histórica, o Programa Se Liga teve sua origem como um projeto piloto em 2010, concebido com o objetivo de enfrentar a incompletude dos eixos que compõem as medidas socioeducativas, as quais frequentemente não eram implementadas de forma integral dentro dos prazos estabelecidos. Nesse estágio inicial, o programa operava quase como uma extensão das próprias medidas, o que gerava certa confusão quanto à sua função e seu escopo.

Contudo, a partir de 2020, uma revisão metodológica aliada a mudanças na gestão do programa, promoveu uma redefinição significativa de sua natureza. O Se Liga passou a ser concebido como um programa de adesão voluntária, rompendo com a percepção de continuidade das medidas socioeducativas e estabelecendo, de maneira mais clara, os limites de sua atuação. Esse redesenho foi crucial para que o programa ganhasse legitimidade e fosse reconhecido como um modelo eficaz de intervenção, chegando a ser endossado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O contexto de criação do Programa Se Liga está intrinsecamente ligado às disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura o direito de adolescentes e jovens egressos de MSE ao acesso a programas de acompanhamento pós-medida. Assim, o Se Liga não apenas preenche uma lacuna existente no sistema de atendimento, mas também cumpre uma exigência legal, reafirmando o direito desses jovens ao suporte e acompanhamento após o cumprimento das medidas.

Dessa forma, o programa foi criado com o intuito de oferecer um acompanhamento especializado e contínuo, visando auxiliar os jovens na superação das dificuldades inerentes ao retorno à liberdade, além de atuar como um importante instrumento na prevenção da reincidência. Embora inicialmente tivesse uma abordagem mais diretamente vinculada à execução da medida, o Se Liga foi reformulado ao longo do tempo, tornando-se um programa de adesão voluntária com foco na reintegração social, em plena consonância com as diretrizes estabelecidas pela legislação brasileira.

## **5.2 Implementação do programa**

Na dimensão de implementação do programa é importante destacar como as responsabilidades são distribuídas de forma estratégica e coordenada entre diferentes atores, cada um com um papel específico. Dessa maneira, é formada uma estrutura que objetiva o desenvolvimento da metodologia proposta.

A coordenação, exercida em nível central, tem um papel estratégico e político. Com a função de articular institucionalmente o Se Liga em instâncias superiores, como dentro da própria Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) ou em outras secretarias, defendendo a importância do programa e negociando suas diretrizes. A coordenação também é responsável por planejar as

ações a nível estadual, fazendo a ponte entre as equipes de campo e as esferas de gestão mais amplas. De forma geral, o papel da coordenação é visto como crucial para a sobrevivência e fortalecimento do programa, especialmente na defesa de sua relevância junto aos formuladores de políticas públicas.

A Gestão Social, de maneira sintética, é a responsável pela coordenação da Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) na qual ela atua. Logo, possui funções de administração do espaço de trabalho e infraestrutura, liderança da equipe técnica, gestão de recursos humanos e acompanhamento de casos. O gestor social também tem um papel estratégico na articulação com as redes locais e com outras instituições, garantindo que as ações estejam alinhadas com a metodologia do programa. Para que esse cargo seja ocupado com eficiência, a pessoa deve ter um conhecimento metodológico do programa Se Liga para ser capaz de auxiliar os analistas sociais em situações mais urgentes; mas também deve ter um conhecimento administrativo e burocrático para que seja capaz de gerir todas as frentes presentes na UPC.

A supervisão metodológica é responsável por garantir que a execução do programa esteja de acordo com a sua metodologia proposta. Para tanto, esse ator oferece orientações e suporte para os analistas sociais, ajudando na condução dos casos e na aplicação prática da metodologia descrita no guia. O papel da Supervisão vai além da simples leitura do guia, envolve também a adaptação da metodologia às necessidades concretas dos jovens. Além disso, a Supervisão tem uma função política importante intermediando a comunicação entre a equipe de campo e a coordenação central do Se Liga.

Os analistas sociais, por sua vez, são responsáveis pela execução direta do trabalho com os jovens egressos. Esses atores operam "na ponta" realizando atendimentos individuais, visitas domiciliares, atividades coletivas e outras ações previstas na metodologia. Além disso, os analistas sociais são os principais articuladores da rede de proteção social, escutando as demandas dos adolescentes e conectando-os com os serviços necessários. Os analistas sociais são "[...] quem executa a política pública na ponta, quem está diretamente com os jovens, quem ouve a demanda, quem é a cara do programa Se Liga. Esse é o trabalho da equipe técnica: ouvir, acolher, produzir, fazer o que se espera". (Entrevistado 3).

Por fim, o técnico administrativo embora tenha uma função operacional, desempenha um papel importante na acolhida inicial dos adolescentes. Isso porque,

em muitos casos, é o primeiro ponto de contato para muitos jovens vulneráveis que se dirigem à UPC; logo é essencial que esse profissional tenha uma sensibilidade especial. Além disso, é um apoio essencial para a gestão social, com a contribuição na gestão de processos burocráticos.

Ainda em relação a implementação do programa a metodologia do Se Liga se mostra um tópico muito importante. A metodologia do Programa Se Liga é estruturada em dois eixos principais: o eixo pré-egresso e o eixo egresso, cada um com suas ações específicas, que visam o acompanhamento integral dos adolescentes e jovens em diferentes estágios de cumprimento e pós cumprimento de medidas socioeducativas. A abordagem é flexível e personalizada, atendendo às necessidades individuais dos jovens, mas sempre seguindo diretrizes metodológicas claras.

O eixo pré-egresso abrange os adolescentes que ainda estão cumprindo medidas socioeducativas, seja em unidades de semiliberdade ou internação. As ações nesta frente têm o objetivo de aproximar os jovens do programa e construir um vínculo para que, após o desligamento da medida, eles estejam mais propensos à adesão ao Se Liga. O Estudo de caso pode ser uma das atividades realizadas neste eixo, onde a equipe realiza uma análise detalhada do contexto do jovem, envolvendo a unidade socioeducativa e, muitas vezes, parceiros da rede de proteção, para entender melhor as demandas e desafios de cada adolescente. A apresentação coletiva é outro tipo de ação desenvolvida, no qual em um momento coletivo, a equipe do Se Liga apresenta o programa aos adolescentes, explicando os serviços oferecidos e o que eles podem esperar do acompanhamento. A apresentação individual, por sua vez, é uma interação mais próxima e individualizada com o jovem, que normalmente acontece na UPC, e que se conversa sobre suas perspectivas, seu contexto e o que ele espera da vida após o cumprimento da medida. Como última atividade da frente pré-egresso, tem-se o contato e sensibilização para os adolescentes já desligados da medida, mas que ainda não ingressaram no programa, são feitos contatos e, quando necessário, visitas domiciliares, com o objetivo de sensibilizar e oferecer o acompanhamento do Se Liga.

O eixo egresso é tido como o principal do programa, se refere ao acompanhamento efetivo dos jovens egressos e de seus familiares. Neste estágio, o programa trabalha para oferecer suporte de forma integral e personalizada, baseado

nas demandas que os próprios jovens trazem, mas também introduzindo outras necessidades que podem não ser explicitamente mencionadas, mas que são fundamentais para o seu desenvolvimento. Entre as atividades deste eixo está o acompanhamento individual, onde cada jovem é atendido conforme suas necessidades e demandas, que podem variar desde questões práticas, como documentação e emprego, até demandas emocionais, como escuta e acolhimento. A partir do que é demandado e entendido como necessário para a ressocialização do jovem, ocorre a articulação com a rede. Nessa esfera, a equipe do Se Liga trabalha intensamente para conectar os jovens com serviços e instituições da rede de proteção social, como CRAS, CREAS, escolas, saúde mental, entre outros. Para ajudar no entendimento dos acompanhados como pessoas pertencentes ao espaço da cidade e sujeitos de direitos são desenvolvidas atividades coletivas. Logo, o programa oferece atividades de integração social e cultural, como passeios e momentos de lazer, além de outras ações que possam contribuir para o processo de reencontro com a liberdade. Ademais, os processos de profissionalização, por serem uma demanda recorrente, são bastante focalizados pelas ações do Se Liga. O programa busca conectar os jovens com oportunidades de profissionalização e inserção no mercado de trabalho, mas também oferece suporte para outras questões que possam estar no caminho desse processo, como a obtenção de documentos ou a mediação de problemas familiares.

A metodologia é útil em nortear o trabalho, mas não consegue responder a todas as suas peculiaridades empíricas e cotidianas. O que está previsto pela metodologia nem sempre corresponde à prática diária. Isso ocorre porque a prática envolve interagir com juventudes muito distintas, como adolescentes mais jovens (12 a 15 anos), jovens no início de sua vida adulta (até 24 anos), adolescentes trans, jovens em diferentes contextos de vulnerabilidade.

Acho que ela nos norteia nesses elementos que auxilia e dá pra gente talvez uma ideia, não de padronização, mas de uma especialidade no processo de acompanhamento, e das várias formas de acompanhamento que a gente faz. Mas eu também acredito também que ela, em algum momento, é defasada e por alguns momentos também é impeditora. Ela se apresenta como uma espécie de obstáculo, talvez para a gente explorar outros campos de possibilidades seriam mais potentes na atuação com a juventude. (Entrevistado 1)

Para o trabalho com a juventude, a metodologia do programa precisa ser algo passível de alteração. Como os jovens estão sempre em movimento, com novas ideias e necessidades, a metodologia precisa ser maleável, permitindo ajustes

conforme as situações mudam. Trabalhar com juventude significa lidar com uma multiplicidade de contextos e vivências, o que não pode ser completamente previsto ou abraçado por uma metodologia única. O programa “sempre é provocado a acrescentar mais alguma coisa” (Entrevistado 5).

De forma complementar, alguns problemas metodológicos são considerados comuns entre os atores do programa. Destaca-se que a metodologia do Se Liga pode ser muito burocrática, com um número elevado de instrumentais relacionados ao registro das atividades. Dessa forma, é tomado muito tempo da equipe técnica em tarefas administrativas, o que prejudica o foco no acompanhamento dos jovens. A simplificação e revisão desses instrumentais seriam benéficas para tornar o trabalho mais ágil e eficaz, pois problemas surgem quando a metodologia se torna engessada e rígida.

A maior parte dos problemas enfrentados pelo Se Liga, no entanto, se referem a condições externas e não gerenciáveis pelo programa. Um dos maiores desafios está na dependência de outros serviços e políticas públicas, como CRAS, Conselho Tutelar, escolas e empresas. Muitas vezes, essas instituições não estão preparadas ou dispostas a lidar com os jovens atendidos, o que exige do programa um esforço contínuo de sensibilização e articulação. A falta de cooperação e as dificuldades de acesso, como a ausência de respostas ou barreiras institucionais, são fatores que fogem ao controle do Se Liga e que geram inconvenientes para o alcance dos seus objetivos. As parcerias com as Unidades Socioeducativas também podem se tornar um grande problema durante a implementação da metodologia. Para que o eixo de pré-egresso funcione bem, é essencial uma colaboração eficiente entre o Se Liga e as unidades, o que nem sempre ocorre. A falta de uma parceria sólida impede que as atividades metodológicas fluam como deveriam, dificultando a criação de vínculos com os jovens ainda acautelados.

Os contextos de vulnerabilidade dos jovens acompanhados são outros obstáculos que, mesmo com o trabalho para ampliar o campo de possibilidades, podem limitar a atuação do programa. A realidade socioeconômica dos adolescentes acompanhados é marcada por extrema vulnerabilidade, como insegurança alimentar, ameaças de morte e aliciamento pelo tráfico. Existem também impactos relacionados ao endurecimento das medidas socioeducativas pelo Judiciário. As recentes atuações do Judiciário têm mostrado uma tendência

pela progressão de medidas socioeducativas<sup>7</sup> em vez de sua extinção. Isso resulta em menos jovens acompanhados pelo programa, pois o Se Liga só atua quando a medida é extinta. Além disso, essa mudança judicial gera frustração nos jovens, que acabam resistindo aos processos que constituem o programa, tornando mais difícil sua implementação.

Em resumo, a metodologia do Programa Se Liga é um ponto de partida importante, mas não é suficiente para alcançar todos os seus objetivos devido à diversidade do seu público alvo e à natureza em constante mudança das suas demandas. Logo, a metodologia precisa ser flexível, passível de revisão e aprimoramento constante.

### **5.3 Efeitos, resultados e impactos do programa**

Como foco dessa análise, a dimensão que trata dos efeitos e resultados se mostra como uma das mais importantes. Tomando como referencial os conceitos abordados na seção 3, em que resultados são os efeitos mais imediatos e tangíveis da política pública, enquanto os impactos são aqueles efeitos de longo prazo que demonstram uma relação causal com os objetivos da política. Os resultados do programa Se Liga são bastante variados e subjetivos, refletindo o caráter individualizado do acompanhamento dos jovens.

Um dos principais resultados observados é o vínculo que os jovens criam com o programa. A adesão voluntária ao Se Liga é considerada um resultado importante, pois demonstra confiança e reconhecimento por parte dos jovens de que o programa pode ajudá-los. Tal vinculação já é um resultado por si só, especialmente considerando o público atendido.

[...] quando um adolescente se vincula ao Se Liga, isso para mim já é um resultado na porta de entrada. A vinculação dele com o Se Liga já é um resultado, por mais que os projetos que ele tenha não sejam todos alcançados, ele procurou essa política pública porque ele apostou a partir daquilo que a gente apresentou quando ele estava acautelado. (Entrevistado 4)

Outro resultado significativo é a garantia de direitos a que muitos jovens antes não tinham acesso, como educação, alimentação e fortalecimento de vínculos

---

<sup>7</sup> A progressão de medidas socioeducativas é a substituição de uma medida por outra mais branda. As MSE aplicadas aos adolescentes e jovens que cometem ato infracional são: Advertência, Obrigação de reparar o dano, Prestação de serviços à comunidade, Liberdade assistida, Semiliberdade e Internação em estabelecimento educacional.

familiares. O Se Liga consegue mostrar aos seus acompanhados que eles são sujeitos de direitos e que esses direitos devem ser tomados como básicos para a sua sobrevivência. Ocorre uma capacitação para a vida prática desses jovens, potencializando as individualidades de cada um. O programa ensina os jovens a resolver questões reais de suas vidas, como acessar serviços de saúde, regularizar documentos e entender seus direitos. Isso permite que, ao final do acompanhamento, os egressos saibam como se mover na sociedade de maneira mais autônoma e de fato fazer uso da sua liberdade.

O fomento e a articulação das redes de proteção é outro resultado do Se Liga. Esse resultado vem a partir da movimentação da rede para conseguir garantir que os jovens sejam atendidos de forma abrangente, no sentido de colocá-los em visibilidade para essa rede, da sua existência, das suas necessidades.

[...] a partir do acompanhamento do jovem, o programa consegue chamar essa rede para atuar na garantia dos direitos desses jovens, desse adolescente. Porque o Se Liga chama essa rede para atuar e para dialogar, a partir disso a rede começa a fazer esse acompanhamento. Uma rede que, muitas vezes, não tinha nem conhecimento desse jovem, desse adolescente, através da articulação do Se Liga é convocada a atuar e se responsabilizar de fato enquanto um ator que é necessário para o acompanhamento desses jovens. (Entrevistado 6)

De forma geral, os resultados do programa são, em grande parte, subjetivos e variam muito de jovem para jovem. O Se Liga é um espaço de escuta, acolhimento e valorização, o que contribui para o fortalecimento da autoestima e o sentimento de pertencimento dos jovens, muitas vezes invisíveis para a rede. Nesse sentido, o programa trabalha sobre aquilo que é demandado pelo acompanhado e, logo, os resultados são concebidos a partir da singularidade de cada um, da atuação sobre a vulnerabilidade que atravessa cada egresso.

[...] os resultados que a gente mais alcança são realmente a nível subjetivo, no sentido de ser um espaço positivo pra essa Juventude, de escuta e de acolhimento, o que pode favorecer uma construção e uma evolução subjetiva significativa, em termos de valorização da autoestima daquele eu que fala, daquele sujeito que é muitas vezes é violentado e invisível para a rede. (Entrevistado 2)

Existem ainda os resultados que atuam para além do público alvo pensado pelo programa - adolescentes e jovens egressos de MSE. Em relação às famílias, o programa fortalece suas demandas e oferece apoio. A presença constante do Se Liga mostra à rede e às famílias que os adolescentes não estão desamparados. Assim, o envolvimento familiar contribui para os compromissos assumidos pelos adolescentes, refletindo um fortalecimento dos laços e uma mudança positiva. Para

além, o reconhecimento crescente do Se Liga por outros estados e pela rede de proteção aumenta sua visibilidade e coloca o programa em discussões importantes. Dessa forma, é gerado como resultado um fortalecimento da pauta de programas de acompanhamento de egressos das medidas socioeducativas.

Em adição é interessante ponderar sobre a consonância dos resultados observados e o planejamento metodológico do programa. Por exemplo, a promoção da autonomia do jovem é um resultado planejado desde o início. O programa foi estruturado para ser temporário, com duração de um ano, justamente para que, nesse período, eles possam desenvolver a independência necessária para lidar com suas vidas após o término do acompanhamento. A abordagem individualizada do programa, focada nas necessidades específicas de cada jovem, também faz parte do planejamento original. O nome "Programa de Acompanhamento ao Egresso das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação em Minas Gerais" reflete essa ótica individual. A flexibilidade em atender cada jovem de acordo com suas particularidades — seja focando em emprego, na rede de apoio ou no acolhimento afetivo — foi pensada desde a concepção do programa. O fomento à articulação com a rede de proteção também é entendido como um resultado previsto no desenho do programa. A ideia de mobilizar a rede para atuar junto ao Se Liga, promovendo a integração de serviços como saúde, educação e assistência social, é um dos resultados que surgem das interações planejadas com outros equipamentos e serviços. Isso se relaciona com a metodologia ao mostrar o papel do Se Liga como um programa ponte que aciona outros serviços para facilitar o processo de reencontro com a liberdade pelos jovens.

Por outro lado, existem resultados, em sua maioria negativos, não antecipados pelo desenho do programa. Ao lidar com as individualidades e singularidades de cada um, o acompanhamento é atravessado por muitos problemas diferentes. O crescente número de problemas de saúde mental dos jovens, por exemplo, dificulta o acompanhamento e o sucesso dos encaminhamentos. Logo, os casos podem gerar resultados mais modestos ou frustrantes do que o esperado. Outro efeito inesperado é o excessivo reconhecimento do programa no acompanhamento do público jovem egresso. Isso faz com que a rede entenda que o Se Liga consegue trabalhar a totalidade das demandas dos jovens. Assim, as redes externas devolvem continuamente as demandas dos egressos ao Se Liga, em vez de assumirem sua responsabilidade.

Em avanço para os impactos do programa, as entrevistas e análise da dimensão empírica mostram o efeito a longo prazo sobre a promoção da autoestima e entendimento de que os jovens têm direitos e devem acessá-los. Esse impacto não é apenas imediato, mas prolongado, à medida que todos se reconhecem como sujeitos de direitos e ganham visibilidade dentro do sistema. Isso também gera um impacto nas redes de apoio, que passam a enxergar esses jovens e suas famílias de maneira mais ativa e empática. Conseguir promover a conexão dos acompanhados de forma autônoma com os serviços em seus territórios, como CRAS, centros de saúde, e outros recursos sociais, é um outro impacto. Esse acesso à cidade e a direitos básicos (saúde, educação, lazer) representa uma reparação importante das vulnerabilidades que sofreram.

Para além, o programa amplia o campo de possibilidades dos jovens. Muitos chegam ao Se Liga com expectativas de vida limitadas, sem vislumbrar oportunidades além de trabalhos simples ou atividades que fazem parte de seu cotidiano. O impacto a longo prazo é a percepção de que eles podem almejar mais, como acessar a educação superior ou planejar uma carreira mais diversificada. Logo, como um objetivo secundário vem a redução das trajetórias de reincidência e risco desses adolescentes.

Para mim, essa não reincidência a criminalidade fica mais como um impacto secundário em frente a esse acesso à proteção básica. Isso porque, eu entendo que para um jovem chegar no sistema socioeducativo eles sofreram vários processos de vulnerabilizações. Então só de hoje ele saber que tem o direito de ir ao dentista, tem o direito de comer, o direito de saúde, o direito à educação, ao direito ao lazer, então já é uma grande reparação mediante a todas as falhas que o Estado teve com ele até ele chegar no socioeducativo. (Entrevistado 3)

A partir da promoção de autonomia e da ampliação de diferentes perspectivas de vida, o Se Liga mostra seu potencial de ser um gerador de mudanças, tanto na vida dos jovens quanto na estrutura das redes de apoio ao redor deles.

De forma complementar é interessante observar a articulação e relação dos resultados e impactos apontados. O Se Liga apresenta um trabalho processual que envolve a oferta de novas possibilidades de pertencimento à cidade para os jovens. Embora os resultados imediatos possam parecer insuficientes frente à atratividade do tráfico, o impacto mais profundo é a construção de uma estrutura que permita ao egresso sustentar suas escolhas e evitar a reincidência. Nesse sentido, a inclusão da família no processo e a atenção às condições de vida do adolescente são fatores

essenciais para garantir que os resultados alcançados pelo programa tenham um impacto duradouro. Ao intervir de maneira individualizada e focada nas necessidades e demandas do jovem, o programa potencializa a possibilidade de escolhas mais autônomas. Logo, se observa, segundo as percepções, o alinhamento dos resultados alcançados, como a regularização de documentação e acesso a rede de proteção, com os impactos desejados, que são a redução da reincidência e a ampliação de diferentes perspectivas de vida.

Em conclusão, se destaca o reconhecimento de que o Se Liga alcança resultados, mas há uma diversidade de percepções sobre o quão amplos eles realmente são. Há o entendimento de que, embora o efeito varie de caso a caso, o programa sempre oferece alguma entrega. O grau de sucesso depende do envolvimento de vários atores, como o adolescente, a rede e a família. Em casos onde todos esses elementos estão alinhados, o resultado é maior; mas mesmo nos casos mais desafiadores, o programa consegue oferecer alguma mudança positiva dentro de suas capacidades. É importante ressaltar que certas áreas, como empregabilidade e profissionalização, apresentam barreiras que o programa não pode superar sozinho. A falta de oportunidades para adolescentes egressos do sistema socioeducativo, especialmente em empresas, limita o alcance dos resultados, apesar dos esforços para construir soluções com a rede. Em visões mais críticas, pode-se entender que o Se Liga entrega pouco, principalmente devido à falta de prioridade política e ao escasso investimento no público-alvo, em sua maioria jovens negros e periféricos. Em suma, os resultados citados são alcançados em alguma medida, mas há consenso de que os efeitos poderiam ser mais amplos se houvesse maior suporte, investimento e articulação da rede de apoio.

## **6 COMPARAÇÃO ENTRE AS DIMENSÕES NORMATIVA E EMPÍRICA DA POLÍTICA**

Para uma melhor análise das questões aqui colocadas é feita uma sobreposição das dimensões normativas e empíricas da política. Assim, a partir de uma comparação entre as informações coletadas tanto pelas entrevistas, com as percepções sobre o programa, quanto pela pesquisa das normativas internas, se desenvolve uma caracterização dos elementos do Se Liga.

De forma geral, é importante destacar alguns pontos de debate, como os objetivos do programa. As perspectivas dos seus atores, apesar de diversas e multidimensionais, definem objetivos que são consonantes com aqueles positivados no guia prático do Se Liga. O desenvolvimento de alternativas junto ao jovem para seu envolvimento com a criminalidade; o rompimento de estigmas sociais e fortalecimento da rede de proteção e a diminuição dos índices de reincidência são os objetivos definidos no guia. Enquanto a garantia de direitos, prevenção à reincidência, acompanhamento integral e individualizado, desenvolvimento da autonomia dos jovens e redução de estigmas são os propósitos pontuados durante as entrevistas. É simples perceber que todos os objetivos marcados pelos atores são abarcados pelos definidos no guia, só que de maneira mais direta. Isso mostra uma boa compreensão do programa por todos atores que estão em sua implementação hoje em dia. A maior variedade e diferentes nuances dos objetivos trazidos por eles apenas demonstram pequenas diferenças de interpretações que acontecem devido a experiências e pontos de vistas individuais de cada um.

O contexto de criação do Se Liga possui concepções semelhantes entre as dimensões normativas e factuais e indicam a necessidade de preenchimento de uma lacuna no acompanhamento de egressos de MSE. Logo, o Se Liga é criado para cumprir obrigações legais definidas no ECA e no SINASE. Entretanto, nesse tópico existe uma divergência no que é definido na metodologia sobre o programa e a prática implementada. A metodologia define o programa como voluntário, mas na prática muitas organizações e atores externos da rede de proteção o entendem como uma continuidade da medida socioeducativa. Isso mostra uma diferença entre as compreensões de porque o Se Liga foi criado. Essa divergência pode criar dificuldades nos processos de acompanhamentos dos jovens, mas como apontado pela equipe do programa, a realização de reuniões de rede e o próprio sucesso do

modelo, tem feito com que o Se Liga tenha ganhado legitimidade com seu conceito de acompanhamento por livre adesão.

Sobre a metodologia, a análise das duas dimensões mostra que existe uma boa assimilação das atividades e ações realizadas pela equipe do programa. Existe um entendimento muito homogêneo das ações de cada um dos eixos do programa com vistas ao acompanhamento integral dos adolescentes e jovens. Isso mostra não somente a apropriação de todos atores da metodologia do programa, mas também revela a importância do cargo da Supervisão Metodológica na orientação e garantia do cumprimento da metodologia definida pelo Se Liga. No eixo pré-egresso tanto as entrevistas como o guia apontam para a sua relevância como ponto inicial de criação do vínculo, sendo uma das etapas mais importantes do programa. Já no eixo egresso se define como um ponto de atenção o foco no acompanhamento dos egressos de forma individual e personalizada. Até mesmo o nome do programa é escolhido em consonância com o ideal de atendimento particularizado, como apontado na metodologia e pelos entrevistados.

De modo geral, a observação das informações coletadas mostra que a metodologia no programa consegue fornecer um certo nível de direcionamento para a sua implementação. Entretanto, a metodologia não é capaz de sustentar o alcance de todos objetivos esperados no acompanhamento dos egressos de MSE. Isso acontece porque esse público beneficiário do Se Liga é muito diverso e apresenta demandas variadas. Logo, as atividades descritas no guia prático nem sempre vão ser capazes de atender as demandas específicas dos jovens e seus familiares. Nesse sentido, existem opiniões divergentes sobre a necessidade de a metodologia do Se Liga ser mais flexível. Alguns atores apontam que a metodologia do programa já possui uma abordagem adaptável e passível de adequação de acordo com os casos acompanhados. Enquanto outros entendem que a metodologia não é maleável o suficiente, o que se torna um obstáculo para alcance dos objetivos estabelecidos por ela mesma.

Ao fazer a comparação entre as percepções apontadas nas entrevistas e no que é definido no guia prático do programa percebe-se que existem pontos que não são abordados e outros que necessitam de atualizações. O excessivo número de instrumentais que fazem parte do cotidiano das equipes técnicas, por exemplo, é um exemplo de uma burocracia impedidora. O tempo despendido pelos analistas técnicos no preenchimento desses documentos poderia ser empenhado no

acompanhamento efetivo dos adolescentes e jovens. Logo, se mostra uma necessidade de atualização com a redução racional dos instrumentais. Uma questão deixada de lado na metodologia diz respeito à importância das tratativas com os agentes externos ao Se Liga, como o CRAS, CREAS, Unidades Socioeducativas e o Judiciário. A atuação do programa depende da atuação em rede com esses serviços, contudo essa articulação nem sempre é fácil. Nesse sentido, é preciso que a metodologia aborde possíveis meios de contorno a situações como essa, para que a execução do programa não fique subordinada determinantemente por condições externas.

A triangulação entre as dimensões analisadas demonstra, em resumo, que a metodologia do Se Liga apresenta limitações, mas de modo geral consegue ser um ponto de partida relevante para o entendimento do que é e o que é proposto pelo programa. Logo, devem-se considerar atualizações, contudo a necessidade de maior flexibilidade e adaptação a particularidades apontada por algumas percepções pode trazer outras dificuldades não esperadas. Uma política pública precisa ter limites de ações definidos para conseguir planejar sua execução e seu orçamento, elementos importantes na administração pública. No entanto, uma metodologia muito mutável pode não conseguir alcançar essa sistematização necessária para um programa de gestão governamental. Além disso, essa flexibilidade, dificulta muito o processo de avaliação de uma política pública, pela indefinição de seus elementos constituintes. Isso é percebido na realidade, já que atualmente, existe apenas o monitoramento de indicadores relacionados à execução do programa, como número de atendimentos, de ações junto à rede de proteção social e ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas.

Em alinhamento com o que é discutido sobre a metodologia e sua flexibilidade, os resultados do Se Liga também apresentam um caráter individualizado do acompanhamento dos egressos. O que se tem de resultado do programa é apontado como efeitos na dimensão subjetiva do jovem ou adolescente acompanhado. Isso porque, de acordo com os entrevistados, os resultados - efeitos no curto prazo - são a criação do vínculo, a garantia de direitos e o fomento à articulação da rede de proteção. Todos esses se relacionam estritamente de como o acompanhado, na sua individualidade, se coloca para o programa e suas demandas e necessidades observadas nos momentos de acolhimento. Nesse sentido, encontra-se o mesmo problema já debatido sobre a metodologia do programa, como

esses resultados descritos podem ser mensurados, visto a sua natureza abstrata e intangível?

Para além disso, a comparação das dimensões normativas e empíricas mostra que o guia prático do programa na verdade não define de forma clara os resultados esperados. O que acontece é uma interpretação de cada ator do que está escrito nas entrelinhas da metodologia, de forma a deduzir possíveis resultados para as ações ali descritas. Essa indefinição do que se espera pelo Se Liga não se revela prejudicial internamente pelo programa, isso porque, como já abordado, atualmente todos atores que fazem parte da equipe possuem uma compreensão muito similar do trabalho que está sendo realizado. Entretanto, externamente, a falta de uma determinação simples dos resultados esperados pelo programa, faz com que a rede de proteção entenda que todo serviço prestado ou produtos oferecidos ao público de egressos de MSE são de responsabilidade única do Se Liga. Isso fragiliza a base conceitual de ação em rede proposta pelo programa. Logo, sempre é necessária uma articulação focada na construção e atendimento conjunto.

Em relação aos resultados, outro ponto importante de análise são os resultados que atuam para além dos jovens e adolescentes egressos acompanhados. Assim, como os outros efeitos do Se Liga, não há uma definição desse aspecto em sua metodologia. Contudo, mesmo assim, as percepções dos atores demonstram que o programa consegue alcançar além de seu público alvo principal. As ações de fortalecimento dos vínculos dos acompanhados, por exemplo, têm consequências efetivas nas famílias. Logo, surgem mudanças positivas no convívio familiar de muitos. Para além, a garantia de direitos dos jovens, de forma muito constante, se expande para todo seu círculo familiar. Isso acontece porque, problemas como a insegurança alimentar não se limitam a apenas o acompanhado, mas normalmente a toda sua família. Então, quando o Se Liga consegue através de articulações garantir uma cesta básica ou um bolsa família, isso tem efeito sobre todos.

Em avanço para a análise dos impactos, também não é observado de forma clara no guia prático do Se Liga quais efeitos de longo prazo são esperados pela implementação do programa. Entretanto, conforme conceitos definidos neste trabalho, os impactos devem apresentar relação de causalidade com os objetivos definidos pela política pública. Logo, é possível fazer uma comparação dos impactos apontados pelas percepções cotidianas dos atores do programa com aqueles

efeitos inferidos a partir dos objetivos. De modo geral, a promoção da autoestima, autonomia e entendimento de que os jovens têm direitos e devem acessá-los são os impactos observados na dimensão empírica. A análise da metodologia mostra uma relação clara entre os objetivos por ela definidos e os impactos expostos pelos atores. Ou seja, o Se Liga, possui uma boa articulação entre seus elementos constituintes.

Em resumo, o Se Liga se demonstra como um trabalho processual onde os efeitos imediatos, resultados, geram efeitos no longo prazo, impactos. O trabalho sobre aquilo que é demandado por cada acompanhado produz resultados efetivos sobre a singularidade de cada um. Contudo, mesmo com esse teor individual, tais efeitos se conectam sempre com o desenvolvimento de estruturas que ajudem o egresso a sustentar suas escolhas, garantindo novas oportunidades no longo prazo. O programa Se Liga sempre entrega algum resultado, o que varia é a sua amplitude e efetividade, a depender da atuação conjunta não somente da rede, mas também daquele que é acompanhado. Logo, o programa se mantém fiel a sua proposta inicial de ser um acompanhamento do egresso de MSE no momento de seu reencontro com a liberdade, mas, ainda assim, apresenta limitações para a mensuração e avaliação de seus resultados e impactos pretendidos e percebidos.

## **6.1 Considerações finais**

Retomando o conceito de Leonardo Secchi (2014), para que uma política pública seja constituída, é necessário que ela apresente dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e uma resposta efetiva a um problema coletivo. Nesse contexto, o programa Se Liga foi concebido como uma solução para o não cumprimento adequado das normativas estabelecidas pelo Sinase e pelo ECA. O programa foi desenvolvido com o objetivo de oferecer acompanhamento aos jovens egressos de medidas socioeducativas, funcionando como uma política pública de apoio pós-medida. Atualmente (2024), o Se Liga está sob a coordenação da SUPEC, dentro do escopo das ações de prevenção social à criminalidade, reforçando seu caráter institucional como uma política pública voltada à garantia de direitos e à reintegração social.

Como uma política pública, uma das etapas do seu ciclo é a avaliação. Nesse sentido, visto as lacunas de desenvolvimento no programa Se Liga, este trabalho se consolida como uma avaliação de resultados. Para tanto, a lógica de construção

deste estudo se estabelece a partir da definição da ferramenta com a conceituação da avaliação e instrumentos como Marco Lógico e MaPR, elucidação do objeto em todas as suas dimensões e temáticas e, por fim, a análise de todas as informações com foco nas questões de pesquisa.

O desenvolvimento da análise leva ao entendimento principal de que a forma como o guia prático do programa estabelece uma metodologia que foca em um atendimento individualizado e específico para cada acompanhado pode trazer limitações. Com uma diretriz de ações definidas a partir das demandas dos jovens e adolescentes, visto a diversidade desse público-alvo, se torna muito difícil fazer a gestão e planejamento de uma política pública. Isso se torna ainda mais visível pela falta de indicadores e formas de mensuração dos resultados e impactos da política, o que prejudica seu processo avaliativo e pode influenciar na sua continuidade. De modo geral, as entrevistas apontam que o Se Liga é capaz de produzir resultados e impactos, mas que são muito variados. Entretanto, essa observação é feita com base somente nas percepções dos atores do programa, dada a inexistência de indicadores que representem esses elementos.

O quadro a seguir sintetiza as principais observações e análises realizadas por este trabalho.

QUADRO 2 - Síntese da avaliação de resultados do programa Se Liga

<b>Módulos temáticos de avaliação</b>	<b>Dimensões de avaliação</b>	<b>Evidências coletadas</b>	<b>Conclusões</b>
Conteúdo geral do Se Liga	Conceituação do programa	Existência de diferentes perspectivas, podendo partir de uma base conceitual institucional ou pessoal.	O programa possui uma definição formal em sua metodologia, mas não foi desenvolvido com uma ferramenta específica de desenho de políticas, nem com um diagnóstico prévio do problema e soluções. Formalmente, ele é descrito como um programa de acompanhamento voluntário para jovens egressos das MSE. No entanto, sua definição subjetiva e pessoal caracteriza-o como uma ferramenta de transformação social, atuando como um "facilitador de possibilidades".

	Objetivos do programa	Os objetivos são definidos no guia metodológico do programa e são análogos aos apontados pelos atores, embora mais sintetizados e diretos.	Os objetivos do Se Liga incluem oferecer alternativas para reduzir o envolvimento de jovens com a criminalidade, romper estigmas sociais, fortalecer a rede de proteção e diminuir a reincidência. Apesar de um entendimento geral sobre esses propósitos, diferentes nuances surgem a partir das perspectivas individuais dos envolvidos.
	Contexto de criação do programa	O contexto de criação do programa é citado em seu guia metodológico e vai de encontro com o entendimento dos atores.	Apesar de não possuir um diagnóstico e desenho formal, existe um entendimento de que o Se Liga foi criado para atuar no preenchimento da lacuna no acompanhamento de egressos de MSE e para cumprir obrigações legais definidas no Sinase e no ECA.
Implementação do programa	Atores envolvidos	Papel dos atores internos definido no guia metodológico do programa.	As responsabilidades são distribuídas de forma estratégica e coordenada entre diferentes atores (coordenação, supervisão metodológica, gestão social e analistas sociais e técnico administrativo), cada um com um papel específico.
	Metodologia do programa	A metodologia do programa é definida no guia e contempla as ações realizadas durante a execução do Se Liga.	A metodologia do Programa Se Liga é dividida em dois eixos — pré-egresso e egresso — com ações específicas para cada um, sendo bem assimilada por todos os envolvidos. Ela orienta a implementação do programa, mas não é capaz de sustentar o alcance de todos os objetivos esperados devido à flexibilidade e diversidade do público-alvo, que apresenta demandas variadas. Além disso, é necessário atualizar alguns aspectos, como a redução dos instrumentais, cuja quantidade excessiva consome muito tempo e pode dificultar o trabalho.
	Condições externas	Dependência de outros serviços e políticas públicas.	O Programa Se Liga enfrenta desafios de articulação e sensibilização, pois depende de serviços e políticas públicas, como CRAS, escolas e empresas, que muitas vezes não estão preparadas para atender seus jovens. A comunicação limitada com as Unidades Socioeducativas também compromete a eficácia do programa, pois é essencial uma parceria sólida entre as instituições. Além disso, a atuação do Poder Judiciário exige constante articulação

			para que o Se Liga seja compreendido como uma política pública voluntária, e não como continuidade da medida socioeducativa.
Efeitos, resultados e impactos	Resultados do programa	Não existe uma definição clara dos resultados esperados pelo programa.	Sem uma definição formal de resultados, cada ator interpreta individualmente os efeitos do programa com base na metodologia. Existe um entendimento comum entre os envolvidos de que os resultados do Se Liga são personalizados, variando conforme as necessidades de cada jovem. A maioria dos resultados se relaciona à criação de vínculo, garantia de direitos e fortalecimento da rede de proteção.
	Impactos do programa	Não existe uma definição clara dos impactos esperados pelo programa.	Os impactos esperados pelo Se Liga incluem a promoção da autoestima e pertencimento, o reconhecimento dos acompanhados como sujeitos de direitos, a ampliação de oportunidades, a abertura da rede de proteção e a redução da reincidência. Esses impactos variam conforme as demandas e o engajamento dos jovens com o programa e a rede de proteção.
	Articulação entre resultados e impactos	Não existe, anteriormente a este trabalho, um MaPR que articule formalmente os elementos constituintes do programa.	Embora o Se Liga não possua um MaPR consolidado, as entrevistas e o guia metodológico indicam uma articulação eficaz entre atividades, produtos, resultados e impactos duradouros. Por exemplo, a parceria com o CRAS gera a continuidade do acompanhamento, promovendo a garantia de direitos básicos e, a longo prazo, ampliando as oportunidades dos acompanhados. Assim, o programa se caracteriza por um processo bem estruturado e articulado.
	Mensuração e avaliação de resultados e impactos	Não existem indicadores de resultados e impactos do programa.	A flexibilidade e adaptação do Se Liga às demandas individuais dos acompanhados dificulta a avaliação da política, especialmente quanto aos resultados e impactos, que são personalizados. A ausência de dados sobre seus efeitos prejudica a avaliação do programa e pode comprometer sua continuidade como política pública. Para além, existe a dificuldade de se estabelecer indicadores tangíveis visto os objetivos abstratos do programa.

Fonte: elaboração própria (2024).

Retomando os objetivos e as perguntas de pesquisa deste trabalho, pode se concluir que:

- O programa de acompanhamento ao egresso das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade de Minas Gerais - programa Se Liga - alcança quais resultados?
  - Apesar de não existirem indicadores que realizem a mensuração dos resultados do programa, pode se dizer, com base nas informações qualitativas colhidas durante essa pesquisa, que o Se Liga alcança resultados no curto prazo. Entre os efeitos do programa está a vinculação do acompanhado com o Se Liga que se mostra como resultados das ações de apresentação do programa ainda no eixo pré-egresso e da efetivação do acompanhamento. Além disso, a garantia de direitos básicos também são efeitos da execução do programa, através da articulação com a rede de proteção é possível trabalhar sobre as demandas de cada acompanhado. Nesse sentido, adolescentes e jovens vulnerabilizados começam a ter acesso à assistência alimentar, à saúde, à educação, entre outros. Por fim, há também o fomento da vinculação do jovem com a sua família e com a sua rede de proteção.
- Os resultados alcançados pelo Se Liga foram previstos por seu desenho?
  - Não há uma definição completa do desenho do Se Liga com desenvolvimento de uma árvore de soluções, logo os resultados esperados não são muito claros. Entretanto, a partir do que é definido na sua metodologia e na perspectiva dos atores do programa, os resultados alcançados são pertinentes às expectativas geradas a partir das ações previstas em um programa de acompanhamento ao egresso das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação.
- O programa Se Liga gera resultados que não eram previstos em seu desenho?
  - O programa gera resultados que não eram esperados a partir do que é disposto em sua metodologia. O resultado não antecipado mais relevante diz respeito ao excesso de reconhecimento do Se Liga como

um programa de acompanhamento ao público egresso de MSE. Isso, apesar de positivo pelo lado da aceitação, faz com que a rede de proteção e outros serviços públicos entendam que todas as ações que se relacionam com adolescentes ou jovens egressos sejam de responsabilidade do Se Liga. Dessa forma, é comum que a rede faça o repasse de casos de volta para o programa, o que dificulta a sua execução do programa descrito como uma ponte do acompanhado com outros serviços.

- Os resultados alcançados pelo Se Liga estão relacionados ao impacto desejado pela política?
  - Os resultados alcançados pelo Se Liga estão diretamente relacionados ao impacto desejado pela política. Através das ações de acompanhamento individualizado, regularização de documentos e acesso a uma rede de proteção social, o Se Liga atinge resultados imediatos importantes, que, embora possam parecer modestos frente a desafios maiores, contribuem para a construção de uma base sólida de suporte para a ampliação de possibilidades. O impacto desejado, que envolve a diminuição da reincidência e a criação de novas oportunidades para o jovem se integrar na sociedade, é sustentado pelo fortalecimento de vínculos sociais e familiares e pela oferta de condições mais estáveis para a tomada de decisões autônomas. Dessa forma, os resultados alcançados estão alinhados com o impacto mais amplo pretendido pela política: a reintegração efetiva dos jovens à sociedade.

Em função das conclusões e considerações finais deste trabalho recomenda-se o desenvolvimento de algumas ações no âmbito do programa Se Liga:

QUADRO 3 - Recomendações para o programa Se Liga

Considerações	Recomendações
Existência de diferentes visões sobre o programa Se Liga	Realizar um diagnóstico do programa com relação aos problemas raízes e as alternativas de soluções. Desenvolver um desenho completo e formal da política pública e compartilhar esses esforços com toda a rede de proteção.

Objetivos claros, mas com nuances interpretativas individuais	Estabelecer uma comunicação regular entre os atores envolvidos para alinhar a interpretação dos objetivos e assegurar que as ações realizadas estejam sempre em harmonia com o propósito do programa.
Desafios de articulação com atores externos e o Judiciário	Desenvolver protocolos formais de comunicação e articulação com parceiros para aumentar o apoio e a adesão ao programa.
	Fortalecer parcerias com CRAS, Conselho Tutelar, escolas e o Poder Judiciário, promovendo capacitações e sensibilizações para garantir um entendimento claro do programa como uma política pública independente.
Aspectos burocráticos da metodologia do programa	Simplificar instrumentais de preenchimento para melhorar o fluxo de trabalho e proporcionar mais tempo para o atendimento ao jovem.
Metodologia e abordagem flexível e personalizada para cada acompanhado, o que pode dificultar o processo de avaliação do programa	Estabelecer critérios básicos de monitoramento que capturem o impacto da flexibilidade no acompanhamento, de modo a auxiliar no processo de avaliação e promover a replicabilidade da metodologia.
	Desenvolver indicadores de resultados específicos para diferentes perfis de egressos, que capturem tanto os impactos individuais quanto os coletivos, facilitando o monitoramento e a avaliação.

Fonte: elaboração própria (2024).

## REFERÊNCIAS

- AGUILAR VILLANUEVA, Luis F. **La hechura de las políticas**. México: Porrúa, 1992. p. 8. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cienciadelapolitica.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/02/luis-aguilar-villanueva\_la-hechura-de-las-politicas.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre: Editora AGE, 2003.
- Birkland, Tomas A. **An introduction to the policy process**. New York, M.E. Shape, 2005.
- BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 23 ago. 2024.
- BRASIL. LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>. Acesso em: 11 ago. 2024.
- CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. Avaliação de Política Públicas e Programa Governamentais – uma abordagem conceitual. **Revista Interfaces de Saberes**. 2006. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/avaliacao-de-politicas-publicas-e-programa-s-governamentais-uma-abordagem-conceitual>. Acesso em: 11 ago. 2024.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Guia para Programa de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade: Caderno I**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. 51 p. (Série Fazendo Justiça. Coleção Sistema socioeducativo). Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/guia\_pos-cumprimento\_medida\_socioeducativa\_eletronico.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- COSTA, Cibele Soares da Silva, & ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. **Caracterização dos programas de acompanhamento**. Psicologia: Ciência e Profissão 2021 v. 41, e221253, 1-16.
- COTTA, Tereza Cristina. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. V. 49, n. 2 (1998). **Revista do Serviço**

**Público - RSP**, ano 49, n. 2, p. 103-124. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1634>>. Acesso em: 16 ago. 2024.

Figueiredo, Marcus e Figueiredo, Argelina C. (1986) "Avaliação Política e Avaliação de Políticas: Um Quadro de Referência Teórica". Revista **Análise & Conjuntura**, volume 1, número 3, Belo Horizonte, set./dez. 1986.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.  
**Avaliação de políticas públicas: por onde começar? - um guia prático da metodologia do marco lógico** / Fundação João Pinheiro, Diretoria de Políticas Públicas. – Belo Horizonte: FJP, 2021. Disponível em: <[https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/01.06\\_AvaliacaoDePoliticaspPublicas\\_GuiaMarcoLogico\\_FJP.pdf](https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/01.06_AvaliacaoDePoliticaspPublicas_GuiaMarcoLogico_FJP.pdf)>. Acesso em: 21 ago. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - Núcleo Integrado de Monitoramento e Avaliação.  
**Análise de desenho da política de segurança do Estado de Minas Gerais: Monitoração Eletrônica de Pessoas**. FJP, 2023. Disponível em: <<https://anepecp.org/ojs/index.php/br/issue/view/1>>. Acesso em: 01 out. 2024.

GALVÃO, Thiago Lívio Quinteiros; SILVEIRA, Miguel Ângelo. Prevenção Situacional: uma reflexão sobre sua aplicabilidade na redução dos delitos. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública** - Vol 3 nº 6 – Jan/Jun 2020. Disponível em: <<https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/download/69/69/252>>. Acesso em: 01 set. 2024.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2002. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/lvros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>>. Acesso: 10 ago. 2024.

ILANUD. **Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança**. 2002. Disponível em: <<https://dspace.mj.gov.br/handle/1/2706>>. Acesso em: 03 set. 2024.

LEEDS, Elizabeth. A sociedade civil e a segurança cidadã no Brasil: um relacionamento frágil, mas em evolução. **Revista Brasileira Segurança Pública** | São Paulo V. 7, n. 2, 134-142 Ago/Set 2013. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/378/174>>. Acesso: 04 set. 2024.

MARTINHO, C. **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. WWF – Brasil, 2003.

MINAS GERAIS. **Portfólio - Política de Prevenção Social à Criminalidade de Minas Gerais**. 2023. Disponível em: <<http://www.seguranca.mg.gov.br/images/2023/Junho/Portflio%20Preveno%20Social%20%20Criminalidade%202023.pdf>>. Acesso em 10 set. 2024.

MINAS GERAIS. **Metodologia do Programa Se Liga**. SUPEC. 2022.

MOREIRA, W. **Revisão de literatura e desenvolvimento científico: conceitos e estratégias para confecção**. Janus, Lorena, ano 1, n. 1, 2º sem. 2004. Disponível

em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/19/o/Revis\\_\\_o\\_de\\_Literatura\\_e\\_desenvolvimento\\_cient\\_\\_fico.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/19/o/Revis__o_de_Literatura_e_desenvolvimento_cient__fico.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Parsons, Wayne. **Políticas públicas: una introducción a la teoría y la práctica del análisis de políticas públicas**. México, Flacso, 2007.

Regras de Havana: regras das Nações Unidas para a proteção de adolescentes privados(as) de liberdade, 1990/ Conselho Nacional de Justiça. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, Secretaria Nacional de Políticas Penais; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al]; tradução de Intradoc Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2024. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2024/08/regras-havana.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2024.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos. Manuscrito**, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 1997. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/proceso-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

SAPIENZA, Graziela; PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 10, n. 2, p. 209-216, mai./ago. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/stYqQ6cvpzPJRdqFwRr8NtH/?format=pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (org.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006. p. 21-41. Disponível em: [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1\\_0101\\_saravia.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf). Acesso em: 14 jul. 2024.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SOUZA, Q.; QUANDT, C. **Metodologia de análise de redes sociais**. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p.31-63.

Stone, Deborah A. Causal stories and the formation of policy agendas. **Political Science Quarterly**, v. 104, n. 2, p. 281-300, 1989.

THOENIG, Jean-Claude. L'analyse des politiques publiques. In: GRAWITZ, Madeleine; LÉCA, Jean. **Traité de science politique**. V. 4: Les politiques publiques. Paris: PUF, 1985. p. 7.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2024.

UNODC. Promovendo a prevenção ao crime: diretrizes e projetos selecionados. **United Nations Office on Drugs and Crime**. 2004. Disponível em: <[https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics\\_crime/Publicacoes/Promoven\\_o\\_final.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_crime/Publicacoes/Promoven_o_final.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2024.

## APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas

### IDENTIFICAÇÃO

1. Nome, instituição e cargo
2. Conte rapidamente sobre sua trajetória na instituição (Há quanto tempo trabalha no programa, o que faz, quais são as suas atribuições?)

### GERAL

1. O que é o Programa Se Liga? Conte um pouco da história/contexto político e de demanda durante a criação
2. Existe um desenho dos objetivos do programa? Quais?
  - a. Quais os objetivos pensados inicialmente para o programa, eles ainda norteiam o Programa? Eles ainda são válidos? Eles estão registrados em algum lugar?
  - b. Os objetivos são entendidos por todos da mesma forma? Existe uma troca de percepções sobre esses objetivos?
  - c. Os objetivos mudaram ao longo do tempo?
  - d. Você acredita que o planejamento do programa de modo geral é suficiente para chegar a esses objetivos?
3. Qual é o contexto de operação do programa?
4. Como as responsabilidades do programa são distribuídas entre os atores do programa ? E entre diferentes instituições que participam da rede?

### IMPLEMENTAÇÃO

1. Você pode descrever a metodologia do programa? Ela é suficiente para alcançar os objetivos pontuados anteriormente?
  - a. Na prática essa metodologia é feita como pensada? Tem pontos que não são abordados? Dê exemplos
  - b. Quais os problemas da metodologia do programa? (o que ela deixa de fora, o que está antiquado)
  - c. Ocorreu durante a implementação do programa alguma mudança ou adaptação? Como foi feita?
2. Quais são os resultados mais imediatos do programa? Que efeitos a entrega dos produtos geram nas condições de vida do público-alvo que os recebem?

- a. Estes resultados estavam previstos no desenho/planejamento/maneira idealizada do programa? Como?
  - b. Estes resultados estão relacionados com os objetivos do programa?
  - c. Estes resultados estão relacionados com os impactos? (qual diferença de impacto e resultado)
  - d. Existe um resultado que o programa apresentou que não foi previsto? (são úteis? tem relação com os impactos?)
3. Quais são os impactos do programa? Que mudanças o projeto pretende realizar no médio/longo prazo?
  4. Existe algum produto mais concreto (entrega), bens ou serviços que são desenvolvidos pelo programa? quais são eles para que se alcance os resultados e impactos definidos?
  5. Quais atividades são realizadas para que essas entregas sejam possíveis?
    - a. As atividades estão relacionadas às operações cotidianas do programa?
    - b. Quais recursos são necessários para a realização de cada uma dessas atividades?
  6. Quais são as condições externas mais importantes e necessárias para o programa? Elas são gerenciáveis?

## **DOS RESULTADOS**

1. Os resultados objetivados pelo programa são alcançados na sua visão? e impactos?
2. Como você percebe os efeitos e resultados do programa sobre o adolescente, a família, o território, o estado? e impactos?
3. Há mensuração de resultados do programa? Como ela se dá? Ela afeta a implementação cotidiana das ações?